



Programa das Nações Unidas para
o Desenvolvimento

Instituto Democrático Nacional de
Assuntos Internacionais

EMPODERANDO AS MULHERES PARA FORTALECER OS PARTIDOS POLÍTICOS

UM GUIA PARA PROMOVER
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
DAS MULHERES



**EMPOWERING
WOMEN FOR
STRONGER
POLITICAL
PARTIES**

A GUIDEBOOK
TO PROMOTE
WOMEN'S POLITICAL
PARTICIPATION

AUTORA PRINCIPAL

Julie Ballington

**CONTRIBUIDORES
E AUTORES DE
ESTUDOS DE CASO**

Randi Davis

Mireya Reith

Lincoln Mitchell

Carole Njoki

Alyson Kozma

Elizabeth Powley

**REVISÃO
(PORTUGUÊS)**

Juliana Wenceslau

**TRADUÇÃO
(PORTUGUÊS)**

**Claudia Chauvet,
Patrícia Ozório e Hilda
Lemos**

DESIGN ORIGINAL

Suazion, Inc.

IMAGEM DE CAPA

UNCDF Adam Rogers

PRODUÇÃO

PNUD Brasil

AGRADECIMENTOS

O PNUD e o NDI são gratos a todos que contribuíram para a realização deste documento.

Esta publicação foi originalmente concebida por Winnie Byanyima, Randi Davis e Kristin Haffert e suas inestimáveis contribuições permitiram que se tornasse realidade.

Os estudos de caso originais e os textos-resumo que informaram este documento foram desenvolvidos e/ou pesquisados por Lincoln Mitchell, com contribuições de Mireya Reith, Elizabeth Powley, Carole Njoki e Marilyn Achiron. Julie Ballington e Manuela Popovici levaram a publicação a termo.

Foram extremamente valiosos os comentários de Suki Beavers, Shari Bryan, Drude Dahlerup, Randi Dasvis, Kevin Deveaux, Aleida Ferreyra, Simon Alexis Finley, Geraldine Fraser-Moleketi, Kristin Haffert, Oren Ipp, Linda Maguire, Susan Markham, Mireya Reith, Carmina Sanchis Ruescas, Kristen Sample, Louise Sperl e Ken Wollack. Agradecemos a Mohammad Abbadi, Gabrielle Bardall e Cedric Jurgensen por seus esforços.

Agradecemos igualmente a muitos entrevistados que contribuíram com tempo e conhecimento para o desenvolvimento de todos os estudos de caso e a todos os membros locais e regionais do NDI que facilitaram a pesquisa de campo. Também reconhecemos os esforços do pessoal do escritório local do PNUD e do NDI que auxiliaram quando da finalização dos estudos de caso.

Versão original em inglês de fevereiro de 2012

ISBN: - (add new)

© Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Instituto Nacional Democrático. Todos os direitos reservados. Esta publicação ou parte dela não pode ser reproduzida, armazenada por nenhum sistema ou transmitida, em qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocopiado ou qualquer outro tipo, sem a permissão prévia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

As opiniões, análises e recomendações contidas neste documento não necessariamente refletem as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de seu Conselho Executivo ou de seus Estados-Membros. Todos os direitos reservados.

SUMÁRIO

PREFÁCIO PNUD	II	PARTE B. ESTUDOS DE CASO	49
PREFÁCIO: NDI	III	LIST OF CASE STUDIES	51
SIGLAS	IV	ÁFRICA DO SUL: Mobilização das mulheres e transformação da agenda política	52
SUMÁRIO EXECUTIVO	1	ARMÊNIA: Construção de Coalizão para Fazer Pressão pela Implementação de Cotas	57
INTRODUÇÃO	9	AUSTRÁLIA: Cotas Partidárias Internas e Redes de Captação de Recursos para Promover o Avanço das Mulheres na Política	61
 		BURKINA FASO: Cotas Partidárias Voluntárias e Legislativas	65
PARTE A: RESUMO DAS BOAS PRÁTICAS	17	CAMBOJA: Organização da Frente Feminina para Promover a Mulher no Partido e na Conquista de Cargos Eletivos	69
I. ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PARTIDOS	19	CANADÁ: Apoio às Mulheres Candidatas por Meio de Redes de Financiamento e Regras para a Indicação de Candidatos	73
CRIANDO UMA BASE ORGANIZACIONAL PARA A IGUALDADE DE GÊNERO	19	CANADÁ (BOX): Novo Partido Democrático (NDP): recrutamento diversificado de candidatos e subsídios para despesas de campanha.	77
Questões-chave	19	CROÁCIA: Apoio da Frente Feminina a Cotas para Candidatos e Desenvolvimento de Capacidades	80
Estratégias empregadas	21	EL SALVADOR: Estratégias para Promover a Participação Feminina na Política Pós-Libertação	84
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DAS CANDIDATAS	27	ESPAÑA: trabalhando em parceria com os homens para transformar o ambiente político para as mulheres	88
Questões-chave	27	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: redes de levantamento de recursos e uma política de igualdade de gênero para as convenções de partidos	92
II. PERÍODO PRÉ-ELEITORAL	27	ÍNDIA (BOX): cotas, reservas e partidos políticos	97
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DAS CANDIDATAS	27	INDONÉSIA (BOX): recrutamento de candidatas e cotas partidárias	99
Questões-chave	27	MARROCOS: ativismo trans-setorial para promover cotas partidárias para candidatos	101
Estratégias empregadas	31	MÉXICO: Apoio à Representação das Mulheres por Meio de Cotas e Fundos Estaduais para Capacitação	105
FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS E CAMPANHAS ELEITORAIS	35	PERU (BOX): Fórum das Mulheres de Mobilização pelas Cotas	110
Questões-chave	35	REINO UNIDO: nomeando mulheres candidatas em assentos vitoriosos	111
Estratégias empregadas	36	RUANDA: usando a constituição para institucionalizar os ganhos para as mulheres pós-conflitos	115
III. PERÍODO ELEITORAL	41	SÉRVIA (BOX): a mobilização da frente das mulheres para a mudança política	119
CAMPANHA E PREPARAÇÃO ELEITORAL	41	SUL DA ÁFRICA (BOX): lições regional na alavancagem de períodos de transição e institucionalização de práticas para a igualdade de gêneros	121
Questões-chave	41	TIMOR LESTE (BOX): criando incentivos para avançar no recrutamento de mulheres candidatas	123
Estratégias empregadas	42		
IV. PERÍODO PÓS-ELEITORAL	47		
GOVERNANÇA COM FOCO NO GÊNERO	47		
Questões-chave	47		
Estratégias empregadas	48		
CONCLUSÃO	53		
NOTAS DE FIM	55		

PREFÁCIO PNUD

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres não são apenas direitos humanos, mas são também imperativos para atingir o desenvolvimento inclusivo, igualitário e sustentável. A participação política das mulheres é um aspecto central nestas metas e os partidos políticos estão entre as instituições mais importantes para a promoção e incentivo a tal participação. Com menos de vinte por cento dos assentos parlamentares ocupados em todo o mundo por mulheres, fica claro que os partidos políticos precisam fazer mais—e deveriam ser assessorados nestes esforços—a fim de respaldar o empoderamento das mulheres.

Globalmente, embora quarenta a cinquenta por cento dos filiados a partidos sejam mulheres, as mulheres somente possuem cerca de dez por cento dos cargos de liderança nesses partidos. A garantia da participação feminina igualitária no processo decisório dos partidos é essencial para promover igualdade entre os gêneros dentro dos próprios partidos— e, em última instância, dentro da sociedade como um todo.

Ao longo de um período de 18 meses, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto Democrático Nacional (NDI) compilaram vinte Estudos de caso de atividades de partidos políticos no sentido de promover o empoderamento político das mulheres. A partir deste e de outros exemplos, o PNUD e o NDI identificaram passos concreto que podem ser dados por partidos políticos para promover as mulheres na vida política. Esta publicação, *Empoderando as mulheres para fortalecer os partidos políticos: um guia para promover a participação política das mulheres*, é fruto desta pesquisa e fornece opções concisas e focadas para a reforma político-partidária.

Este Guia é o primeiro de seu gênero a identificar e categorizar a gama de ações que os partidos políticos podem realizar para apoiar a participação das mulheres durante várias fases do ciclo eleitoral, inclusive durante as fases pré e pós-eleições.

O Guia é direcionado aos membros de partidos políticos, especialmente àqueles em papéis de liderança, e a organizações da sociedade civil e ativistas pela igualdade de gênero. Sua intenção também é incentivar fundações globais e alianças de partidos políticos a tomarem a igualdade de gênero como norma em suas constituições e seu trabalho.

Por fim, o Guia fornece uma diretriz valorosa às organizações internacionais e agências de desenvolvimento que fornecem apoio para a programação de partidos políticos em relação à participação política das mulheres.

Quando as mulheres realmente possuem voz em todas as instituições de governança, desde as políticas até as do serviço público, do setor privado e da sociedade civil, elas são capazes de participar em pé de igualdade com os homens em diálogos públicos e influenciar as decisões que determinam seu próprio futuro e o de suas famílias, comunidades e nações.



Helen Clark
Administradora

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREFÁCIO NDI

Os partidos políticos são os principais e mais diretos veículos por meio dos quais as mulheres podem ser eleitas e ter acesso à liderança política. Portanto, as estruturas, regras, práticas e valores dos partidos políticos possuem um impacto profundo sobre o nível de participação das mulheres na vida política de seus países.

Os partidos que levam a participação política das mulheres a sério se fortalecem junto a suas bases e conquistam novos grupos de eleitores. Além disso, os partidos que conseguem gerar novos rostos e ideias mantêm uma imagem vibrante e energizada em uma época de engajamento decrescente dos eleitores. Alguns resultados são radicais, outros são sutis e alguns são alcançados progressivamente, mas os resultados globais para os partidos políticos são positivos em todos os casos.

Os partidos políticos ganham quando as mulheres não somente participam nos processos eleitorais e de governabilidade, mas também os influenciam. Esforços superficiais para aumentar o número de mulheres envolvidas na política que não oferecem influência qualitativa real, não produzem nenhum benefício. Exemplos típicos de tais esforços incluem as frentes de mulheres sem autoridade ou influência partidária; pouca preparação das candidatas; pouco investimento nas campanhas das candidatas; a marginalização de representantes mulheres após serem eleitas; ou a remoção das mulheres de posições viáveis das listas na última hora.

A tendência universal está direcionada à governança democrática com base na paridade e igualdade entre os sexos. O alcance aos grupos tradicionalmente sub-representados, tais como o das mulheres, hoje em dia é

considerado um padrão mínimo para o funcionamento democrático dos partidos políticos e para os órgãos legislativos em que operam.

Esta publicação, Empoderando as mulheres para fortalecer os partidos políticos: um guia para promover a participação política das mulheres, está organizada para permitir a quem trabalha com a atividade partidária aumentar o envolvimento político das mulheres, encontrando estratégias que sejam usadas ao longo do ciclo eleitoral. A participação das mulheres pode ser promovida não somente por meio de candidaturas, mas também como filiadas aos partidos, como líderes e detentoras de cargos.

Por mais de 25 anos, o Instituto Democrático Nacional vem trabalhando com mais de 720 partidos políticos e organizações em mais de 80 países no sentido de criar um ambiente político mais aberto no qual homens e mulheres possam participar ativamente do processo democrático. Esperamos que este Guia possa ajudar a contribuir para este esforço.



Ken Wollack
Presidente
Instituto Democrático Nacional de Assuntos
Internacionais

SIGLAS

ANC	Congresso Nacional Africano, África do Sul	NOW	Organização Nacional das Mulheres, EUA
ANCWL	Congresso Nacional Africano da Liga das Mulheres, África do Sul	NWPC	Encontro Político Nacional das Mulheres, EUA
ALP	Partido Trabalhista Australiano	ODIHR	Escritório das Instituições Democráticas e Direitos Humanos da OSCE
ASPARLEXSAL	Associação das Mulheres Salvadorenhas Parlamentares e Ex-Parlamentares, El Salvador	OEА	Organização dos Estados Americanos
BJP	Partido Bhatariya Janata, Índia	OSCE	Organização pela Segurança e Cooperação na Europa
BPfA	Plataforma para a Ação de Pequim	PAC	Partido da Ação dos Cidadãos, Costa Rica
CDP	Congresso para a Democracia e o Progresso, Burkina Faso	PAN	Partido da Ação Nacional, México
CDU	União Democrática Cristã, Alemanha	PDIP	Partido Democrático pela Luta, Indonésia
CEDAW	Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
COFIPE	Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais, México	PPC	Partido Popular Cristão, Peru
CPP	Partido Popular do Camboja	PPS	Partido do Progresso e Socialismo, Marrocos
OSC	Organização da Sociedade Civil	PR	Partido da República, Brasil
CSV	O Partido Social Cristão Popular, Luxemburgo	PRD	Partido da Revolução Democrática, México
DAW	Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres	PRI	Partido Revolucionário Institucional, México
EMB	Órgão de Gestão Eleitoral	PSOE	Partido Socialista dos Trabalhadores, Espanha
EMILY's List	Early Money is Like Yeast - Capital inicial é como fermento	PUSC	Partido da Unidade Cristã-Social, Costa Rica
ERA	Emenda por Direitos Iguais, USA	RPF	Frente Patriota de Ruanda
FMLN	Frente Farabundo Marti pela Libertação Nacional, El Salvador	SADC	Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique	SDP	Partido Social Democrata, Croácia
IPU	União Interparlamentar	SDWF	Fórum Social Democrata das Mulheres, Croácia
IDEA	Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral	SIW	Mulheres Socialistas Internacional
IRI	Instituto Republicano Internacional	SRP	Partido de Sam Rainsy, Camboja
MP	Membro do Parlamento	UNTAET	Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste
NDI	Instituto Democrático Nacional de Assuntos Internacionais	UE	União Europeia
NDP	Novo Partido Democrático, Canadá	USFP	União Socialista das Forças Populares, Marrocos
NFDW	Federação Nacional Democrática de Mulheres, EUA	WLCB	Conselho de Coordenação de Liderança das Mulheres, Armênia
NLWN	Rede Nacional das Mulheres Trabalhistas, Austrália	WLF	Fórum de Liderança das Mulheres, Armênia
		WNC	Coalizão Nacional das Mulheres, África do Sul

SUMÁRIO EXECUTIVO



UNDP PAKISTAN

O direito das mulheres de participar da vida política está garantido em várias convenções internacionais. Porém, transformar um direito abstrato em realidade exige trabalho árduo. Os partidos políticos são peças-chaves para a participação das mulheres na política, já que são os partidos políticos que recrutam e selecionam os candidatos para as eleições e determinam a agenda política de um país. Contudo, dentro dos partidos políticos as mulheres tendem a estar sobrerrepresentadas no nível da base ou em papéis de apoio, mas subrepresentadas em posições de poder. Sem o acesso a redes de influência e com recursos muito limitados, poucos exemplos de vida e mentores e, às vezes, com pouco apoio da família e da comunidade, é compreensível que a participação feminina nos partidos políticos permaneça bem abaixo da masculina.

O modo como as mulheres participam da vida partidária – e como tais partidos incentivam e motivam o envolvimento das mulheres e incorporam questões de igualdade de gênero – são os fatores determinantes do empoderamento político das mulheres. Da mesma maneira, são determinantes para garantir que questões de igualdade de gênero sejam contempladas na sociedade em geral. Para que as estratégias de promoção do envolvimento das mulheres no processo político sejam eficazes, elas devem estar relacionadas com os passos que os partidos tomam em fases específicas do ciclo eleitoral –pré- eleições, durante e pós-eleições – e à organização e ao financiamento dos próprios partidos.

As estratégias mais eficazes de aumento da participação das mulheres nos partidos políticos combinam reformas das instituições políticas com foco nas militantes dentro e fora das estruturas partidárias, candidatas e representantes eleitas. Tais estratégias exigem a cooperação de uma variedade de atores e partidos de todos os espectros políticos.

A Parte A desta publicação, o Guia Resumo de Boas Práticas, identifica as intervenções direcionadas que os partidos políticos podem realizar para empoderar as mulheres. Está estruturada de acordo com quatro fases, seguindo uma abordagem de ciclo eleitoral (conforme demonstrado na Figura 1):

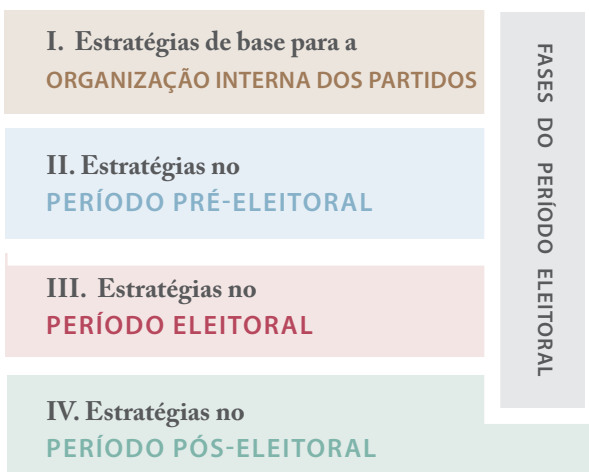


FIGURA 1: RESUMO DE PONTOS DE ENTRADA PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS

I. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PARTIDO

Legislação e diretrizes partidárias com foco no gênero

Medidas tomadas a fim de promover a participação das mulheres em diretórios e instâncias de decisão

II. PERÍODO PRÉ-ELEITORAL

RECRUTAMENTO DE CANDIDATAS

Criar consenso entre os líderes partidários para promover a participação das mulheres nas eleições

Adotar cotas voluntárias no partido para mulheres candidatas e formalizá-las nas regras de recrutamento

Aplicar regras de cotas de candidatas, pelo TSE ou lideranças partidárias, seguindo o cronograma eleitoral

Assegurar espaço lançando mulheres em eleitorados que possam ganhar

Dar incentivos, tais como treinamento, para encorajar as mulheres a se filiarem aos partidos

Coordenar com as organizações da sociedade civil de apoio a mulheres na política

Formar parcerias estratégicas e ganhar apoio dos homens

FINANCIAMENTO E CAMPANHA

Capacitar as mulheres na arrecadação de fundos e práticas de campanha

Criar ou usar redes de arrecadação de recursos para mulheres candidatas

Criar um fundo partidário especial para mulheres candidatas

Estabelecer limites de gastos na pré-campanha

Vincular uma parte das finanças do partido (inclusive de fontes públicas se aplicável) para capacitação e campanha das mulheres candidatas

Formar parcerias e trabalhar com organizações internacionais e da sociedade civil

Frete ou seção de mulheres criadas e posicionadas estrategicamente nos partidos

Metas estabelecidas para a participação das mulheres nas convenções dos partidos

Perspectiva de gênero introduzida no desenvolvimento da política



UNDP KENYA

III. PERÍODO ELEITORAL

PERÍODO DE CAMPANHA

Capacitar as mulheres a fazer campanha e prover orientação para mulheres que são candidatas pela primeira vez

Garantir visibilidade e acesso à mídia para as mulheres na campanha eleitoral

Articular uma política de igualdade de gênero no programa do partido e levar ao conhecimento dos eleitores

Mobilizar as mulheres a se registrarem e a votarem; fornecer informação sobre gênero a homens e mulheres

Garantir a segurança das mulheres candidatas durante a campanha e no dia das eleições

Coordenar com as organizações da sociedade civil de apoio a mulheres candidatas

DIA DA ELEIÇÃO

Treinar mulheres e inclui-las como fiscais partidários nas sessões eleitorais

Garantir a segurança das eleitoras e a fiscalização com foco em gênero

Treinar mulheres e inclui-las no monitoramento da apuração



UNDP PAKISTAN

IV. PERÍODO PÓS-ELEITORAL

MULHERES ELEITAS

Realizar avaliação da igualdade de gênero do partido e desenvolver plano de ação com foco na inclusão de gênero

Fornecer capacitação e fortalecer habilidades das mulheres eleitas

Promover reformas políticas e instituições sensíveis a gênero, no Congresso

Promover a participação das mulheres na formulação de políticas do partido; garantir que a questão de gênero esteja presente

Incentivar a formação de bancadas e fóruns femininos interpartidários e apoiar seu funcionamento

Sensibilizar filiados sobre a igualdade de gênero e trabalhar com os homens

Ações específicas que os partidos políticos podem realizar dentro de cada uma destas fases foram resumidas.

A **ORGANIZAÇÃO INTERNA** dos partidos políticos afeta o modo como as necessidades, interesses e demandas sociais são representados na sociedade. Os estatutos e programas de um partido político são importantes para incentivar a igualdade de gênero – fornecem a visão do partido, mas também mostram as regras para atingir tal visão. As estratégias da Organização Interna dos Partidos preveem:

- Contemplar a igualdade de gênero nas regras do partido

- Incluir uma declaração sobre a igualdade de gênero nos programas partidários;

- Adotar medidas, inclusive cotas internas, que garantam a participação das mulheres nos diretórios;

- Estabelecer metas para a participação feminina nas convenções do partido. Pode incluir fóruns separados para mulheres delegadas nas convenções;

- Estabelecer frentes e seções de mulheres dentro dos partidos. Elas devem ser formalmente integradas à estrutura partidária, com papéis, responsabilidades e financiamento adequados, se for o caso;

- Garantir que a questão de gênero seja inserida em todas as políticas do partido.

Na **FASE PRÉ-ELEITORAL**, o **recrutamento** e a **indicação das candidatas** é provavelmente o processo mais crucial para garantir a participação das mulheres na política. A lacuna de gênero aumenta significativamente conforme as aspirantes finalmente se tornam candidatas aos cargos políticos pelo partido. É importante que os partidos incorporem regras que garantam a representação das mulheres. Quando este compromisso é informal e não está positivado, fica muito mais difícil traçar estratégias para que as mulheres adentrem o círculo mais restrito do poder, e mais difícil ainda de responsabilizar o partido quando o compromisso não é mantido. Se a organização interna do partido é fraca e as regras de recrutamento não estão claras, as decisões tendem a ser feitas por um número limitado de elites, em geral de homens.

Recentemente, as **cotas eleitorais** tornaram-se uma medida bastante difundida para trazer mais mulheres para a política. As cotas são um meio de garantir que os membros de um grupo eleitoral, tal como as mulheres, sejam incluídos em um número mínimo de instituições

PARA INCENTIVAR AS MULHERES À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A AVANÇAR NA IGUALDADE DE GÊNERO DE MODO MAIS ABRANGENTE, É CRUCIAL ENVOLVER OS HOMENS.

de representatividade, seja como delegadas, candidatas ou representantes eleitas. Cerca de 50 países aprovaram a legislação que permite as cotas, garantindo que certa proporção de candidatas a cargos políticos seja de mulheres. Centenas de partidos políticos em outros 30 países adotaram voluntariamente suas próprias cotas para as mulheres. Porém, as cotas somente terão sucesso se houver investimento nas candidatas, se elas estiverem em boas posições nas listas partidárias e se houver sanções ao descumprimento do percentual mínimo.

Os partidos políticos podem reduzir a desigualdade de gênero no **recrutamento de candidatas se:**

- Reforçarem o apoio do partido as cotas de candidatas e incorporá-las nos seus estatutos;

- Criarem diretrizes para o recrutamento de candidatas pelos comitês do partido;

- Garantirem que as mulheres concorram a vagas vitoriosas;

- Trabalharem com organizações da sociedade civil para supervisionar a implementação das cotas;

- Cultivarem alianças estratégicas com os homens, já que eles têm um papel crucial na formação do apoio interno do partido para estes tipos de políticas;

- Expandirem os grupos de mulheres candidatas e capacitá-las;

- Incentivarem relações multilaterais e o compartilhamento de experiências entre países e regiões.

As mulheres na política muitas vezes mencionam a falta de **recursos financeiros** como um dos impedimentos para sua entrada na vida política. As mulheres não somente têm dificuldade em levantar recursos para suas campanhas, como também muitas vezes recebem pouca ou nenhuma assistência financeira de seus partidos políticos. É especialmente difícil para as mulheres levantarem o capital inicial, aquele financiamento necessário para lançar uma campanha e pleitear um cargo público. As ações que os partidos e as organizações da sociedade civil podem realizar a fim de auxiliar as mulheres a levantarem os fundos necessários para uma campanha política incluem: criar redes para arrecadar recursos, que são particularmente importantes quando não há financiamento público e as candidatas têm que buscar recursos privados para competir em uma eleição; criar fundos dentro do partido para apoiar as mulheres candidatas; fornecer subsídios às mulheres candidatas; limitar os gastos com a pré-campanha; fornecer financiamento público aos partidos políticos, especialmente se for regulamentado no sentido de incentivar os partidos a contemplar o empoderamento político das mulheres; alocar fundos especificamente para capacitar as mulheres candidatas; e identificar como os fundos dos partidos são usados para apoiar as mulheres candidatas e as questões das mulheres.

Durante o **PERÍODO ELEITORAL**, as candidatas precisam conhecer técnicas eficazes **de fazer campanha e de comunicação** com seu eleitorado. Os partidos políticos podem educar os eleitores acerca dos direitos das mulheres participarem na política e da importância para toda a sociedade do avanço na questão da igualdade de gênero. Eis as ações que os partidos podem realizar durante este período:

- Fornecer capacitação às mulheres candidatas em habilidades tais como levantamento de recursos, criação de slogans, relações com a imprensa e comunicação com os eleitores;

- Treinar e promover as mulheres em posições de liderança na campanha (ex., na gestão da campanha, aumentando seu contato com os eleitores);

- Garantir a visibilidade das mulheres na campanha ao fornecer mais exposição à mídia;

- Identificar e disseminar posições no partido que sejam prioridades para as mulheres, que também possam atrair mais votos de mulheres para seu partido;

- Monitorar as eleições, inclusive ao recrutar mulheres como fiscais dos partidos presentes nas zonas eleitorais;

- Fornecer informação aos eleitores que incluam mensagens ressaltando a importância do direito de votar e ser votada das mulheres como parte igual da sociedade.

Mesmo após as eleições, os partidos políticos continuam tendo papel central no incentivo à participação das mulheres na política. Seguem as ações que os partidos podem realizar no **PERÍODO PÓS-ELEITORAL** para promover a igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres na **governança**:

- Conduzir uma avaliação do grau de igualdade de gênero dentro do partido, com o objetivo de identificar e, por fim, eliminar quaisquer práticas ou regras que possam direta ou indiretamente subestimar as mulheres;

- Promover reformas sensíveis ao gênero em instituições políticas, tais como mudar o calendário das votações e presença no parlamento para acomodar parlamentares com famílias;

- Garantir incorporação da questão de gênero e do empoderamento das mulheres nas políticas dos partidos, inclusive apoiando reformas de políticas específicas de gênero, tais como o combate à violência ou foco nos direitos reprodutivos ou de licença maternidade, e promovendo a igualdade de gênero em áreas como o acesso à justiça, saúde, nacionalidade, trabalho, direitos de propriedade, seguridade social e herança;

- Apoiar redes de mulheres e de encontro parlamentares entre partidos, uma vez que ajudam a canalizar os interesses e preocupações das mulheres e podem ajudar a inserir o gênero no desenvolvimento da política e fiscalização do governo;

- Garantir que as mulheres eleitas recebam papéis de liderança das bancadas parlamentares, comissões ou da mesa (ex., presidente da bancada);

- Formar parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil.

As ações sugeridas não são exaustivas; são oferecidas como um guia, com base nas melhores práticas, não como uma prescrição. Quando da tomada de qualquer ação para incentivar a participação política das mulheres e avançar na igualdade de gênero de modo mais amplo, é crucial envolver os homens, pois são parceiros essenciais para uma mudança duradoura. A meta de ter mais mulheres na política não significa ter menos homens, mas uma sociedade mais equânime para todos.

A **Parte B** desta publicação consiste de 20 estudos de caso dos quais as boas práticas estabelecidas na primeira parte foram retiradas. Os estudos de caso em geral focam-se em partidos políticos específicos, organizações da sociedade civil ou experiências dos países, buscando ações concretas que promovam a participação política das mulheres. Os estudos de caso fornecem algumas estratégias de partidos políticos, como foram implementadas e tentam descrever o impacto da reforma. Assim, cada caso demonstra práticas inteligentes no desenvolvimento e avanço das reformas.

INTRODUÇÃO

UNCDF/ADAM ROGERS



EMPODERAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES: UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO

O avanço da governança democrática exige a criação e a sustentação de um ambiente de processos políticos responsivos e promotores do empoderamento das mulheres. A inclusão das perspectivas das mulheres e sua participação na política são pré-requisitos para o desenvolvimento democrático e contribuem para a boa governança.

Globalmente, as mulheres permanecem apartadas das estruturas de governança que determinam as prioridades políticas e legislativas. Nos parlamentos do mundo, as mulheres possuem 19 por cento dos assentos em 2011— era de 16 por cento em 2005.¹ A proporção de mulheres ministras é menor, em média 16 por cento.² A proporção de mulheres chefes de estado

e de governo é ainda menor e caiu nos últimos anos, ficando em menos de 5 por cento em 2011.³

Os baixos números continuam mesmo após três décadas de lobby e esforços pela comunidade internacional de eliminar a discriminação e empoderar as mulheres. No ano 2000, as Nações Unidas reconheceram o papel central das mulheres no desenvolvimento ao incluir o empoderamento das mulheres como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, embora nenhuma região no planeta tenha conseguido atingir a meta de 30 por cento das mulheres em posições de decisão. Embora algumas exceções notáveis existam e boas práticas nesta área sejam visíveis, ainda permanecem lacunas à plena e igual participação das mulheres como concorrentes.

Prevalecem estereótipos e preconceitos quanto ao gênero, embora em graus distintos, em todos os países do mundo e se refletem na vida política, econômica e social. Em muitos países, as mulheres continuam sendo desencorajadas a competir diretamente com os homens e a se exporem publicamente. Ao contrário, recebem papéis que as alijam do processo decisório, como a responsabilidade de cuidar dos filhos, da família e da casa na esfera privada. Enquanto o apoio formal dos partidos políticos não é o único fator que afeta a participação política das mulheres, dados seus múltiplos papéis na sociedade e preconceitos de gênero, tal apoio é essencial para superar as barreiras à participação das mulheres na política e na vida dos partidos políticos.

Pesquisas mostram que o número de mulheres no parlamento faz a diferença; no mínimo, quanto mais mulheres no parlamento, maior a probabilidade do congresso lidar com as questões das mulheres e mudar a dinâmica de gênero.⁴ A proporção de mulheres parlamentares possui grande influência sobre a natureza do debate na política. Dados os baixos níveis de presença feminina nos congressos e outros órgãos decisórios, os partidos precisam ser proativos na garantia da igualdade de gênero dentro da governança.

Os partidos influenciam quais questões informam o debate político: formulam as políticas, estabelecem as prioridades da governança e estão, portanto, estrategicamente localizados para contemplar as preocupações das mulheres. Na prática, os partidos políticos possuem registros mistos na questão de gênero na governança e nos processos eleitorais. As práticas existentes não estão bem codificadas nem documentadas. Este Guia tem a finalidade de discutir esta lacuna.

FINALIDADE

A Parte A – Resumo das Boas Práticas – identifica os pontos de entrada e ações específicas que podem promover a presença mais fortalecida e a influência das mulheres nos partidos políticos. O Resumo das Boas Práticas fornece alguns princípios gerais e compartilha algumas boas práticas para os agentes elaborarem e implementarem projetos. Não é prescrita uma fórmula específica, mas são fornecidas opções para a reforma a partir de estratégias que tenham sido implementadas

**A PROPORÇÃO DE MULHERES PARLAMENTARES POSSUI GRANDE INFLUÊNCIA
SOBRE A NATUREZA DO DEBATE NA POLÍTICA.**

por partidos políticos em todo o mundo. A Parte B – Estudos de Caso – fornece exemplos mais aprofundados de ações específicas tomadas por agentes em certos países.

Os pontos de entrada e os estudos de caso identificados foram primariamente elaborados para fornecer um guia aos partidos políticos, assim como para fornecer ideias para a ação e informar a direção de programação às organizações de desenvolvimento, fundações de partidos e as OSCs em seu trabalho de apoiar os partidos políticos. Cada estudo de caso tenta oferecer as lições aprendidas e práticas inteligentes para auxiliar os partidos políticos a avançar nas estratégias de reforma.

Este Guia discute por que as intervenções potenciais são importantes, mas não necessariamente prescreve como tais intervenções deveriam ser implementadas. Dados os múltiplos públicos deste Guia, as decisões sobre como as estratégias poderiam ser postas em ação ficam melhor a cargo dos respectivos agentes. O apoio à programação fornecido por uma agência internacional de desenvolvimento é bem diferente das ações que poderiam ser implementadas por uma fundação de partido ou por um partido político diretamente.

Assim, este Guia tem a intenção de se tornar um recurso a ser usado igualmente por todos os agentes no processo eleitoral. Menções específicas a indivíduos, partidos ou organizações não significam o endosso pelos autores, pelo PNUD ou pelo NDI, e são mais dirigidos a salientar exemplos de estratégias que foram levantadas pelos pesquisadores.

METODOLOGIA

As estratégias apresentadas na Parte A foram retiradas principalmente de uma série de 20 estudos de caso que foram encomendados pelo PNUD e conduzidos pelo NDI durante 2009 e 2010. Os estudos de caso estão



UNDP/MALAYSIA

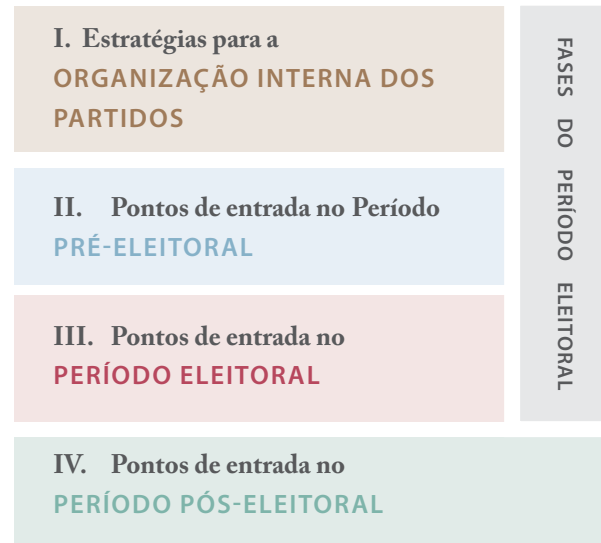
apresentados em ordem alfabética na Parte B deste Guia. Há muitos mais exemplos que poderiam ser incluídos. No entanto, este Guia não deseja apresentá-los exaustivamente. Ao invés disso, o Guia limita seu escopo ao apresentar as práticas chaves derivadas dos estudos de caso encomendados pelo PNUD e conduzidos pelo NDI. Em algumas instâncias, alguns exemplos fora do escopo dessa pesquisa são apresentados a fim de ilustrar um ponto específico.

A pesquisa primária conduzida pelo NDI combinou pesquisa convencional e um total de 64 entrevistas detalhadas com líderes de partidos políticos atuais e do passado, mulheres filiadas de partidos e membros da sociedade civil, durante um período de 18 meses entre 2009 e 2010. Os participantes foram escolhidos de todas as regiões, representando partidos políticos de diferentes linhas ideológicas e de diferentes contextos, inclusive pós-conflito, em países em desenvolvimento e desenvolvidos. Também há alguns exemplos derivados de iniciativas da sociedade civil enfocados na reforma de partidos políticos.

A intenção da pesquisa com estudos de caso não foi examinar as iniciativas tomadas por todos os partidos políticos em cada país, mas revisar e oferecer uma série de exemplos de ações como parte de um cenário maior no apoio à participação política das mulheres. Cada esforço foi realizado no sentido de incluir vários exemplos quanto à geografia, ideologia partidária, tipo de sistema político e estratégias empregadas. Contudo, houve lacunas na documentação por alguns dos partidos em seus esforços de avançar na participação das mulheres e na igualdade de gênero. Enquanto os exemplos de partidos do centro e centro-esquerda ultrapassam os exemplos dos de centro-direita, também há exemplos de medidas proativas entre partidos com tendências direitistas, vários dos quais aqui salientados.

ESTRUTURA

A Parte A deste Guia sintetiza e apresenta os principais achados nos estudos de caso incluídos (e listados alfabeticamente) na Parte B. Os achados na Parte A estão apresentados de acordo com uma estrutura de ciclo eleitoral; ao invés de fornecer uma lista genérica das ações que podem ser tomadas pelos partidos políticos, estes achados foram agrupados por ações específicas usando as fases e o cronograma do ciclo eleitoral. Em cada uma dessas fases, há um apanhado conjuntural e vários pontos de entrada estratégicos que os partidos políticos podem adotar para promover o empoderamento das mulheres. Os quatro principais componentes, com base no ciclo eleitoral, são os seguintes:



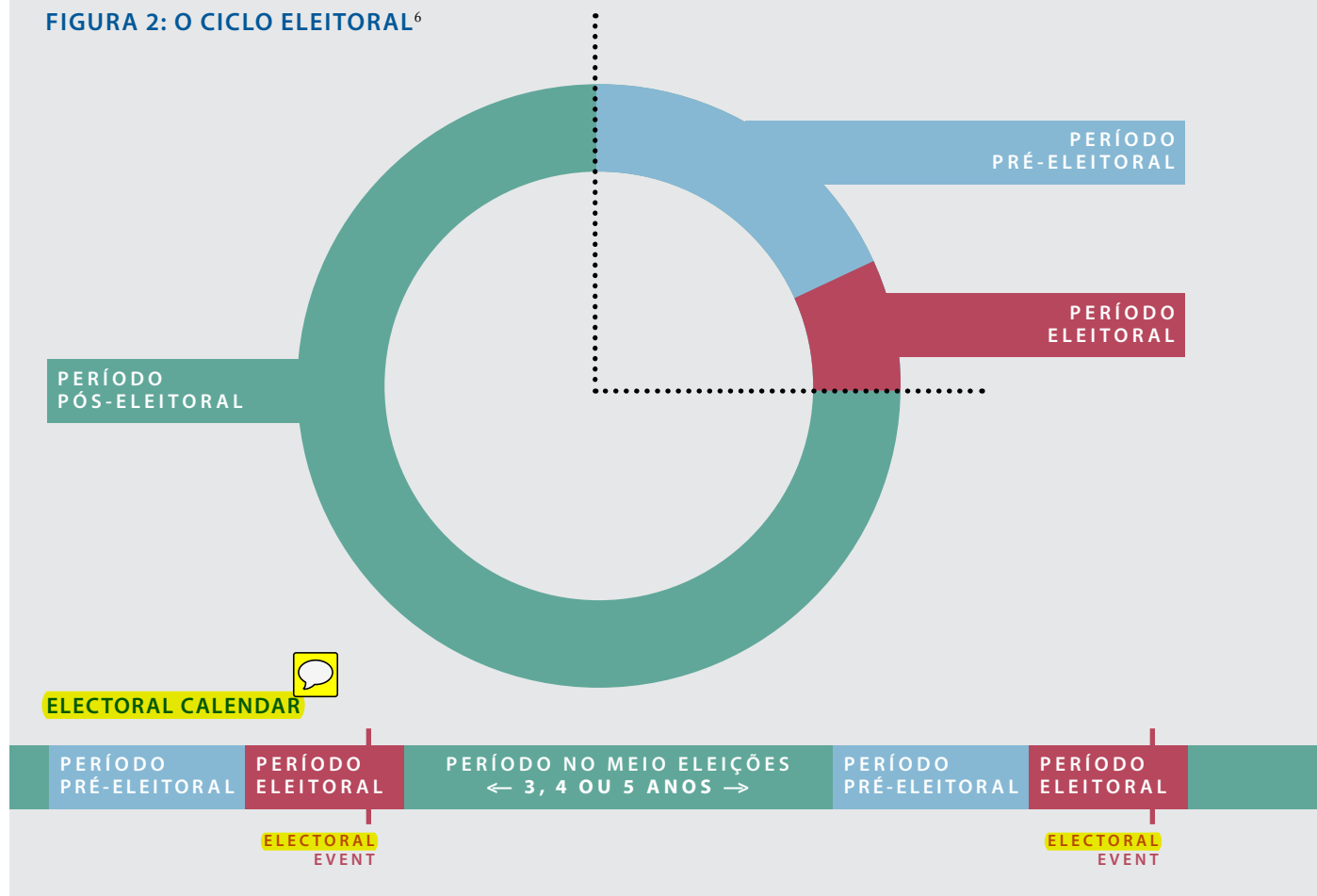
A abordagem do ciclo eleitoral possui dois elementos: o timing (oportunidade) e os agentes (as partes interessadas, stakeholders). Em primeiro lugar, incentiva os fornecedores de assistência internacional e agentes nacionais a planejar no longo prazo e a implementar a programação eleitoral dentro da estrutura da governança democrática. Em segundo lugar, contempla uma série de agentes além dos gestores das eleições tanto quanto possível e desejável. A abordagem está baseada na ideia de que o apoio eleitoral deveria ser de longo prazo e deveria buscar contemplar questões tais como o desenvolvimento de capacidades e reforma institucional e legal de modo sustentável, na intenção de reduzir a assistência internacional e aumentar a capacidade nacional e a apropriação ao longo do tempo. Abordar as fases do ciclo eleitoral é importante; ao trabalhar com uma agenda de governança democrática mais ampla, permite-se a melhor identificação das necessidades e avanço no planejamento, ao invés de concentrar os esforços em torno do evento eleitoral.⁵

Esta abordagem em ciclos é extremamente útil, pois identifica estratégias cujo alvo são os partidos políticos e o empoderamento das mulheres. Até hoje, boa parte do apoio nesta área foi concentrada na fase pré-eleitoral

levando até as eleições em si, ex., capacitação das mulheres candidatas, lobby e defesa das cotas eleitorais, apoio à campanha e elaboração de mensagem. Estas intervenções são importantes e devem continuar, mas a abordagem do ciclo eleitoral exige que essas intervenções de curto-prazo sejam apenas uma parte de uma abordagem mais ampla à programação. A abordagem incentiva o foco sobre o período pós-eleição (a fase mais longa no ciclo eleitoral) e as possibilidades de implementar reformas e desenvolver capacidades entre eleições. O ciclo eleitoral de um país também tem importante influência sobre os tipos de intervenção que são mais oportunas e relevantes em dado momento.

O timing é uma consideração crucial. Por exemplo, se o processo de seleção de candidatos é realizado sem escrutínio e menos mulheres são nomeadas como candidatas, então as metas numéricas não serão atendidas nas eleições. Os partidos políticos também podem não desejar realizar reformas para ter procedimentos de nomeação de candidatos durante um ano eleitoral. A realização dessas reformas pode ter mais sucesso se forem feitas entre eleições. As estratégias devem fazer uso de abordagens sistemáticas, com coordenação e faseamento. Os períodos pré e pós-eleições são importantes para a implementação de reformas que ocorram fora do evento eleitoral em si. Algumas intervenções

FIGURA 2: O CICLO ELEITORAL⁶



também podem ocorrer em fases diferentes. A atração de mulheres candidatas em potencial e o apoio ao desenvolvimento de capacidades deveriam perpassar todos os períodos do ciclo eleitoral para ter maior sucesso.

BENEFÍCIOS AOS PARTIDOS

Embora a causalidade entre a promoção da participação das mulheres e o sucesso eleitoral de um partido não estejam bem documentados, os estudos de caso sugerem que os partidos políticos aumentaram sua base de apoio e se beneficiaram do ponto de vista eleitoral após adotarem reformas de promoção do empoderamento das mulheres.

Pode haver vários resultados positivos para os partidos políticos que implementam reformas:

- A percepção do público pode ser modificada e o interesse renovado nos partidos políticos com níveis crescentes de apoio.

- Tomar a iniciativa pelo empoderamento das mulheres pode gerar novas bases de apoio e atrair novos membros ao partido.

- Aumentar a proporção de mulheres candidatas para posições que serão eleitas pode aumentar o fluxo de recursos públicos para o partido. Se há incentivos para leis de financiamento público determinarem as alocações de fundos para os partidos segundo a proporção de mulheres candidatas nomeadas, então os partidos políticos podem se beneficiar financeiramente. Tais reformas também podem atrair o apoio de partidos irmãos, partidos internacionais e a comunidade internacional a implementar novas iniciativas, tais como capacitação e programas de orientação.

- Mulheres candidatas têm mais probabilidade que os homens de virem da sociedade civil e, portanto, ter relações mais fortes com as OSCs. Tais conexões podem ser benéficas para as mulheres candidatas, mas também podem se refletir positivamente para o partido em que a mulher faça campanha para estabelecer relações com a base eleitoral.

- Em última instância, realizar estratégias que promovam o empoderamento das mulheres pode levar a partidos políticos mais democráticos e transparentes. Tais estratégias também podem resultar na inclusão de outros grupos marginalizados e subrepresentados.

**TOMAR A INICIATIVA PELO EMPODERAMENTO DAS MULHERES PODE GERAR
NOVAS BASES DE APOIO E ATRAIR NOVOS MEMBROS AO PARTIDO.**

Este Guia buscou explorar uma ampla e diversa gama de estratégias que são implementadas para respaldar o empoderamento das mulheres. Contudo, o Guia reconhece que há muitas outras práticas inovadoras utilizadas e testadas por partidos políticos com foco em reformas. Também se reconhece que o que funciona para um partido político ou organização pode não funcionar para outro. Os contextos nacionais devem ser considerados quando da implementação de estratégias, inclusive a natureza do sistema partidário, do sistema eleitoral usado ou outras considerações socioculturais. A Parte B fornece mais detalhes relevantes para cada estudo de caso.

PARTE A: RESUMO DAS BOAS PRÁTICAS



UNDP

ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PARTIDOS



UNCDF/ADAM ROGERS

ORGANIZACIONAL PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

QUESTÕES-CHAVE

O modo como os partidos políticos operam e funcionam é determinado por regras, processos e cultura internos e regulação externa. A regulação externa inclui a constituição e as leis relativas ao sistema eleitoral, financiamento do partido e sua organização. Os processos internos dependem das bases ideológicas do partido, influências históricas, níveis de regulação e burocracia interna, nível de protecionismo, grau de influência dos líderes do partido e nível de descentralização. O grau de democracia interna do partido é determinado por meio de práticas como processos internos de informação e consulta, (formais ou informais) regras e estruturas para a organização e

AS POSIÇÕES DE PODER NOS PARTIDOS POLÍTICOS PODEM MUITAS VEZES SER INFORMAIS, CENTRALIZADAS E APOIADAS POR RELAÇÕES BEM ESTABELECIDAS E REDES DE INFLUÊNCIA QUE SÃO INACESSÍVEIS A NOVAS ENTRADAS, ESPECIALMENTE ÀS MULHERES.

processo decisório dentro do partido e transparência no funcionamento do partido em todos os níveis.⁷ Quanto à organização do partido, outra consideração é o grau de inclusão de diferentes grupos da sociedade, especialmente em se tratando de recrutamento das candidatas, e como o partido busca e inclui as mulheres em sua organização interna.

As mulheres possuem apenas um número limitado de posições de liderança e decisão nos partidos políticos, e tendem a predominar em posições e atividades de apoio aos partidos políticos no nível da base ou de apoio aos líderes masculinos do partido. As posições de poder nos partidos políticos podem muitas vezes ser informais, centralizadas e apoiadas por relações bem estabelecidas e redes de influência que são inacessíveis a novas entradas, especialmente às mulheres. Sem acesso ao conhecimento institucional e à memória incorporada em tais redes, com recursos muito limitados, poucos modelos de vida e mentores, e, às vezes, até com pouco

apoio da família e da comunidade, é compreensível que a participação das mulheres nos partidos políticos tenha ficado bem aquém da dos homens.

A implementação de estratégias para promover o empoderamento das mulheres nos partidos políticos pode levar a um grau maior de democracia e transparência internas. Ao desenvolver estratégias para a inclusão das mulheres, a participação dos membros do partido no processo decisório pode se tornar mais formalizada, como por meio de eleições para posições de liderança ou recrutamento de candidatos em eleições vindouras. Muitos partidos também trabalham ativamente para melhorar o papel de outros grupos marginalizados e subrepresentados.⁸

As estratégias para aumentar a participação das mulheres nos partidos vão desde reformas legais, tais como a adoção de cotas de candidatas por força de legislação, até reformas internas voluntárias, tais como



UNCDF/ADAM ROGERS

A IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS PODE LEVAR A UM GRAU MAIOR DE DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA INTERNAS NOS PARTIDOS POLÍTICOS.

a formalização de frentes de mulheres como parte da estrutura do partido ou garantia da presença feminina em estruturas decisórias.

As estratégias mais significativas combinam reformas em instituições políticas com apoio direcionado às mulheres ativistas, às candidatas e às eleitas. A fim de ser eficaz, contudo, as estratégias exigem a cooperação entre uma série de atores e partidos políticos em todo o espectro político. Esta seção contempla as estratégias que os partidos políticos podem implementar para incluírem as mulheres e a igualdade de gênero em suas operações internas.

ESTRATÉGIAS EMPREGADAS

As seguintes estratégias – retiradas das lições aprendidas e de exemplos de boas práticas nos estudos de caso (vide Parte B para mais detalhes) e outras pesquisas – foram elaboradas primariamente para direcionar os partidos políticos em ações que podem ser tomadas quanto à igualdade de gênero na organização interna do partido. Estas estratégias também fornecem ideias para ação e podem informar a direção de programação das organizações de desenvolvimento, fundações de partidos e as OSCs em seu trabalho no apoio aos partidos políticos.

(a) Contemplar a igualdade de gênero nos regulamentos internos do partido

O funcionamento e operações internas dos partidos políticos são regidos por regulamentações legais, tais como sua constituição ou regimento, e, mais comumente, pelos estatutos do partido. O funcionamento interno dos partidos políticos tem impacto sobre as diferentes necessidades, interesses e demandas sociais dentro da sociedade que representam no parlamento.⁹ Do mesmo modo que a constituição e o marco jurídico, os documentos oficiais e declarações de um partido político são importantes para fornecer uma abordagem de igualdade de gênero – fornecem uma visão do partido e demarcam as normas para atingir tal visão.

REGRA 6 DA CONSTITUIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (ÁFRICA DO SUL) DECLARA:

“Com o objetivo da ampla representação das mulheres em todas as estruturas decisórias, o partido implementará um programa de ação afirmativa inclusiva com cotas de não menos que 50 por cento das mulheres em todas as estruturas eleitas.”

A adoção de uma declaração sobre a igualdade de gênero nos documentos de criação dos partidos é um primeiro passo importante para fornecer a estrutura para seguir adiante de modo mais inclusivo e mais responsivo nos partidos políticos. Vários partidos políticos incluem cláusulas de igualdade em sua visão e estatutos. Por exemplo, em **EL SALVADOR**, a declaração da missão e do código de ética da Frente Farabundo Marti pela Libertação Nacional (FMLN) incluiu uma cláusula de igualdade na política para as mulheres. Além de contemplar a igualdade de gênero em seus estatutos e regulamentos, o Partido da Ação dos Cidadãos (PAC) na Costa Rica também criou a Procuradoria de Igualdade de gênero, cuja missão é monitorar, relatar e assessorar o modo como os regulamentos são implementados.¹⁰

(b) Adotar medidas para a participação das mulheres nas estruturas de decisão

Quanto à inclusão de uma declaração formal sobre a igualdade de gênero tem-se a adoção de medidas para garantir a participação das mulheres nos conselhos diretores e estruturas decisórias do partido. O nível de representação das mulheres em tais estruturas fornece insights sobre o grau de comprometimento do partido político com a igualdade de gênero. Em geral, as mulheres ficam subrepresentadas em posições de liderança dentro dos partidos políticos, embora



constituam cerca de 40 a 50 por cento dos membros. Estima-se que a proporção de mulheres em posições de liderança nos partidos seja de cerca de 10 por cento, embora este número aumente nos partidos que tenham adotado normas garantidoras da participação das mulheres dentro das estruturas decisórias internas.¹¹ A participação das mulheres em conselhos diretores é importante por várias razões, notadamente a fim de garantir que a perspectiva das mulheres contribua para delinear as políticas, prioridades, estratégias e plataformas dos partidos.

É cada vez mais comum para os partidos adotarem tais medidas. Alguns exemplos:

■ O Partido Trabalhista da **AUSTRÁLIA** e o Partido Sam Rainsy do **CAMBOJA** ambos adotaram cotas internas garantindo a participação das mulheres em alguns ou todos os conselhos diretores.

■ **MARROCOS:** a União Socialista das Forças Populares (USFP) possui cotas internas para cada escritório local, que ajudou a fomentar a inclusão das mulheres em todos os níveis do partido.

■ **MÉXICO:** o Partido da Revolução Democrática (PRD) foi um dos primeiros partidos a adotar a cota de 20 por cento em 1990, que depois passou para 30 por cento. O Partido da Ação Nacional (PAN) seguiu o exemplo, adotando uma cota interna no partido para garantir a representação das mulheres no comitê executivo e nos conselhos diretores.

■ **ÍNDIA:** o Comitê Executivo Nacional do Partido Bhatariya Janata (BJP) fez um aditivo a sua constituição em 2008 para reservar 33 por cento das posições de liderança do partido para as mulheres e tornar a chefe do escritório nacional membro do comitê de eleição central do partido.

■ **ALEMANHA:** a União Democrática Cristã (CDU) adotou a cota de 33 por cento para membros do partido em 1996. Se a cota não for atingida, as eleições internas devem ser repetidas.¹²

■ **ÁFRICA DO SUL:** a Regra 6 da Constituição do Congresso Nacional Africano (África do Sul) declara: com o objetivo da ampla representação das mulheres em todas as estruturas decisórias, o partido implementará um programa de ação afirmativa inclusiva com cotas de não menos que 50 por cento das mulheres em todas as estruturas eleitas.

Além das posições de liderança, os partidos políticos podem garantir que as mulheres sejam designadas para comitês chaves, forças tarefas e grupos de trabalho dentro dos partidos. Em alguns casos, a chefe da secretaria das mulheres torna-se membro do diretório nacional ou de outras estruturas relacionadas aos recursos do partido, fica de prontidão nas eleições e seleciona candidatos.

Garantir a participação das mulheres em estruturas internas é crucial para avançar na igualdade de gênero nos partidos políticos. Entretanto, é importante que medidas tais como as cotas sejam suplementadas com outras iniciativas, inclusive capacitação de longo prazo e desenvolvimento de habilidades, com o objetivo de garantir que as mulheres possam assumir posições de liderança no partido, mesmo na falta de mecanismos de cota. Os partidos políticos devem investigar outros processos a fim de incluir mulheres qualificadas e motivadas em posições de liderança, e sensibilizar os membros acerca da importância de ter espaço de apoio para as mulheres entre os membros, liderança e estruturas internas.¹⁴

(c) Criar metas para a participação nas convenções do partido

Em muitos partidos políticos, as convenções anuais são o momento em que a política é estabelecida e as grandes decisões são tomadas. Em quase todos os partidos políticos, as convenções fornecem a oportunidade para

os representantes construírem as relações políticas e financeiras necessárias para carreiras políticas bem-sucedidas. Assim, os partidos políticos podem criar metas para garantir que uma proporção dos delegados seja de mulheres. Por exemplo, nos Estados Unidos, o Partido Democrata adotou regras para a participação de mulheres delegadas nas convenções nacionais do partido. Por causa do lobby interno por membros mulheres e apoio dos líderes o Estatuto do partido exige que o mesmo número de delegados homens e mulheres.

Além disso, realizar fóruns separados para as mulheres delegadas nas convenções abre importantes oportunidades de networking (redes de relacionamento). Na **AUSTRÁLIA**, a secretaria das mulheres do Partido

AS FRENTES DAS MULHERES EM GERAL REALIZAM ALGUMAS OU TODAS ESTAS ATIVIDADES:

- Contribuir para o desenvolvimento da política, promover os interesses das mulheres nas plataformas políticas e assessorar a liderança do partido sobre as questões de gênero;
- Contribuir para, ou fiscalizar, a implementação das políticas de igualdade de gênero, inclusive a implementação das cotas no processo de recrutamento de candidatas;
- Coordenar as atividades das mulheres membro do partido;
- Realizar a função de alcance e mobilização, especialmente atingindo as eleitoras durante as eleições e aumentando a base do partido;
- Fornecer apoio e treinamento às parlamentares novatas e representantes eleitas;
- Contribuir para transformar as relações de poder dentro do partido e sensibilizar e capacitar quanto à igualdade de gênero;
- Alcançar os membros do sexo masculino do partido.

Trabalhista (ALP) realiza sua própria conferência a cada ano a fim de dar às mulheres a oportunidade de discutir as políticas, fazer lobby em certas questões e ampliar a rede de relacionamento. Em **EL SALVADOR, A SECRETARIA DAS MULHERES DO FMLN** organiza uma conferência anual das mulheres líderes no partido, reunindo representantes oficiais e membros do diretório nacional para formular estratégias e políticas para a igualdade de gênero. É importante que as resoluções tomadas nestes fóruns de mulheres sejam formalmente adotadas e usadas para direcionar o partido em questões políticas.

(d) Criar frentes e seções de mulheres dentro dos partidos políticos

A experiência prática e pesquisas mostram que a criação de uma frente ou secretaria para mulheres membros do partido se reunirem, discutirem e deliberarem, articularem suas prioridades e buscarem soluções para problemas comuns, pode ser instrumental para inserir as preocupações das mulheres na agenda do partido. As frentes das mulheres são seções internas que buscam fortalecer a representação e participação das mulheres dentro do partido e o processo político em geral.¹⁵

É importante que as frentes das mulheres estejam formalmente integradas à estrutura do partido, com papéis e responsabilidades definidos e, se for o caso, com financiamento adequado para cobrir os custos. Existem vários exemplos em que uma frente das mulheres fortalecida serviu de mecanismo eficaz de pressão para realizar reformas e aumentar a participação das mulheres em assuntos de alto nível do partido, para efetivar as cotas internas, para criar programas de treinamento e oferecer apoio às mulheres candidatas. No entanto, é preciso cautela para não confinar as questões de gênero às frentes de mulheres ou que a frente seja posta de lado no partido. Um modo de prevenir isto seria garantir que a Secretária ou a Presidente da frente das mulheres tenha assento e voto no diretório nacional do partido.

Alguns exemplos:

■ **AUSTRÁLIA:** as regras do Partido Trabalhista especifica os papéis, a composição e os poderes da Organização Trabalhista das Mulheres, para os diretórios federal e estaduais.¹⁶

■ **CAMBOJA:** a frente das mulheres do Partido de Sam Rainsy (SRP) buscou promover as mulheres dentro do partido, fazendo lobby para a introdução de cotas internas nos conselhos diretores, dando treinamento para as mulheres candidatas e conduzindo educação cívica e alcance dos eleitores.

■ **MARROCOS:** a maior parte dos partidos políticos criou seções de mulheres ou estruturas internas comparáveis que contemplam as questões femininas e as necessidades das mulheres no partido. Por exemplo, o Partido do Progresso e Socialismo (PPS) criou um conselho de igualdade para garantir a representação das mulheres no processo decisório do partido.

■ **MÉXICO:** o Partido da Ação Nacional (PAN) transformou sua frente das mulheres, passando de organização social para base eficaz de promoção de posições de liderança das mulheres. Por exemplo, durante as eleições, a Secretaria Nacional para a Promoção Política das Mulheres do PAN fez lobby local e nacional entre os líderes do partido a fim de incluir mais mulheres como candidatas. O partido também garante que as propostas políticas do partido sejam enviadas para a seção das mulheres para serem revisadas a partir do ponto de vista de gênero antes de ser finalizada.



■ **SÉRVIA:** o G17 Mais da frente das mulheres está reconhecido pelos estatutos como estrutura formal do partido. Já defendeu medidas de promoção de candidaturas de mulheres e fez lobby com líderes do partido a fim de garantir que mulheres candidatas tivessem altas posições nas listas. Além disso, a frente das mulheres buscou financiamento ativamente para treinamento e oficinas para mulheres candidatas e ativistas e trabalha para empoderar as mulheres no sentido de impactar as políticas no nível local.

(e) Garantir a perspectiva da igualdade de gênero no desenvolvimento da política

Conforme acima mencionado, uma das funções da frente das mulheres é trabalhar pelo desenvolvimento das políticas públicas de gênero. Os partidos políticos devem garantir que suas políticas e prioridades respondam às necessidades de mulheres e homens, não somente em termos de reformas políticas que contemplem o gênero, mas que também garantam que a questão de gênero seja encaminhada nas propostas do partido. Isso pode ser atingido por meio de um comitê de políticas que contemple o gênero e aprove todas as políticas quanto ao cumprimento ou por meio da capacitação dos membros. Isto será discutido na seção de Governança no Período Pós-eleitoral.

PERÍODO PRÉ-ELEITORAL



UNDP/CASANDRA WALDON

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DAS CANDIDATAS

QUESTÕES-CHAVE

O processo de recrutamento e seleção das candidatas é o passo mais importante para a promoção da participação política das mulheres. Os partidos são a conexão vital para atingir a igualdade, desde que mantenham firme controle sobre a nomeação de candidatas. A forma de nomeação dos candidatos varia substancialmente, assim como o número de mulheres selecionadas, a proporção de mulheres escolhidas e seu posicionamento nas listas do partido. Os partidos também variam quanto ao âmbito da participação e grau de descentralização.

FIGURA 3: ESTÁGIOS DE RECRUTAMENTO DE CANDIDATAS



A seleção de candidatas para a eleição ocorre em estágios. Em geral, em um dado país haverá um grupo de elegíveis (cidadãs que preenchem os requisitos legais e formais para se tornarem legisladoras), mas somente um pequeno grupo delas se consideraria como possíveis candidatas – as ‘aspirantes’. Há muitos fatores que afetam uma avaliação potencial de uma aspirante a fazer campanha, inclusive uma avaliação do tempo envolvido, compromissos financeiros, probabilidade de ganhar, ambição pessoal, apoio familiar e da comunidade, acesso a redes políticas e financeiras, remuneração, status e poder político.¹⁷ É no estágio de passar de elegível a aspirante e até ser nomeada pelo partido que ocorre a grande lacuna de gênero e queda no número de mulheres.

O estágio que os líderes dos partidos chamam de ‘aspirantes’ é o mais crítico para a entrada das mulheres em cargos políticos. Os partidos enfrentam pressões

externas e internas que afetam suas decisões acerca das nomeações. As pressões externas sobre os partidos relacionam-se a como serão percebidas e avaliadas pelos eleitores e podem apresentar candidatas que maximizem o número votos para o partido.¹⁸ Os candidatos ‘percebidos’ como risco em potencial (muitas vezes, mulheres) não serão lançados pelo partido. Internamente, os antecedentes da aspirante, seu ativismo no partido e o acesso a recursos são relevantes. As titulares, aquelas com nome reconhecido ou aquelas que têm visibilidade na comunidade por meio de sua profissão ou relações familiares também tendem a ter maiores chances de receber o respaldo do partido.¹⁹

A seleção de candidatos difere de partido para partido e pode ser distinguida por uma série de características, inclusive pelo nível de descentralização do processo de seleção. As normas e regras do partido afetarão o modo como se desenvolve o processo de nomeação

de fato. Para as mulheres, uma vantagem significativa são os sistemas baseados na burocracia, que incorporaram regras garantindo a representação das mulheres. Quando as regras não estão positivadas, torna-se muito mais difícil elaborar e implementar uma estratégia capaz de quebrar o círculo mais fechado do poder, e não existe responsabilização quando as regras não forem implementadas. Com uma organização interna enfraquecida, falta de democracia interna ou regras de recrutamento nebulosas, as decisões tendem a ser tomadas por um número limitado de membros da elite, em geral homens. As mulheres em geral ficam de fora e são excluídas dos clubes “do Bolinha”. Sistemas paternalistas são bem fechados e não tendem a promover as candidaturas das mulheres.²⁰ Idealmente, os processos de nomeação deveriam ser tanto formalizados quanto transparentes, o que favoreceria o tratamento justo na representação.

Em virtude dos obstáculos enfrentados pelas mulheres no processo eleitoral e o desafio de serem nomeadas, novas medidas foram propostas e, em muitos casos, já implementadas pelos partidos políticos. Tais medidas vão desde o desenvolvimento de incentivos para atrair as mulheres (tais como a provisão de financiamento para a campanha) ou treinamento e desenvolvimento de habilidades para as mulheres candidatas, até o estabelecimento de metas para a quantidade de candidatas dentro do partido. Estes tipos de medidas também podem ser salvaguardadas por meio de legislação, mas muitas vezes, são os próprios que voluntariamente adotaram tais medidas.

COTAS PARA MULHERES CANDIDATAS

Entre as várias estratégias exploradas neste Guia, algum tipo de cota eleitoral – seja adotado voluntariamente pelos partidos políticos ou por força de lei – foi usado em todos os casos sob consideração. Este ponto em comum não foi intencional, já que esta pesquisa teve o objetivo de apresentar exemplos de medidas especiais além das cotas eleitorais a fim de capturar a diversidade de abordagens usadas pelos partidos em todo o mundo no respaldo às mulheres. Contudo, fica evidente que a medida especial mais pronunciada e disseminada são as cotas eleitorais, usadas isoladas ou em conjunto com outras ações. Desta forma, a frequência das cotas entre os estudos de caso apoia as conclusões da literatura que apontam as cotas como meio mais decisivo, eficiente e preferido de aumentar o número de mulheres nos partidos políticos e na política de modo mais abrangente.



LUNDP/SALMAN SAEED

COM POUCA ORGANIZAÇÃO INTERNA, FALTA DE DEMOCRACIA INTERNA E REGRAS DE RECRUTAMENTO OBSCURAS, AS DECISÕES TENDEM A SER FEITAS POR UM NÚMERO LIMITADO DE MEMBROS DA ELITE, EM GERAL HOMENS.

As cotas tornaram-se uma importante ferramenta de política para aumentar o acesso das mulheres aos órgãos de decisão. Quando adequadamente implementadas, elas garantem a entrada das mulheres em posições decisórias ao invés de deixar para a boa-fé dos líderes partidários ou diretórios. A introdução das cotas é altamente influenciada pelos direcionamentos e recomendações de organizações internacionais. Conforme a Plataforma para a Ação de Pequim (BPFA), as cotas são os meios de garantir que os membros de um grupo eleitoral, tais como as mulheres, sejam incluídos em um nível mínimo de instituições representativas, seja como delegadas, candidatas ou representantes eleitas.

É importante perceber que frequentemente as legislações de cotas são formuladas de um modo neutro quanto ao gênero, em geral indicando um percentual mínimo exigido para o gênero subrepresentado ou o percentual mínimo exigido para ambos. Contudo, uma vez que as mulheres são quase sempre o gênero subrepresentado, as cotas eleitorais referem-se frequentemente às mulheres. Isto não deve significar que as cotas eleitorais beneficiem apenas as mulheres ou que lhes deem uma vantagem injusta; ao invés disso, elas servem como medidas para compensar o desequilíbrio na representação.

AS COTAS DE CANDIDATAS PODEM SER:

- **Voluntárias:** adotadas espontaneamente pelos partidos políticos e devem ser refletidas nas regras de nomeação e/ou estatutos do partido
- **Legisladas:** a lei eleitoral cria uma meta mínima para a inclusão das mulheres como candidatas.



UNDP/MARIE FRECHON

Tipos de cotas

Existem dois tipos de cotas eleitorais, dependendo de onde estejam localizadas no processo de recrutamento: cotas de candidatos e assentos reservados.

As **cotas de candidatos** afetam a oferta, garantindo que uma proporção de candidatos seja apresentada para a eleição de mulheres. Tais cotas podem ser legisladas, em que a lei especifica um percentual mínimo de candidatos que devem ser mulheres ou podem ser voluntárias em que um partido político por livre vontade adota uma meta de mulheres candidatas específica para as eleições.²¹

Os **assentos reservados** estipulam que certa proporção de assentos em uma legislatura deve ser dada às mulheres.

COTAS DE CANDIDATAS

Atualmente, existem cerca de 50 países que aprovaram leis quanto às cotas para mulheres, vários dos quais desde o início dos anos 1990. Onde existem cotas por força de

lei, os partidos políticos em geral atualizam seus procedimentos de nomeação a fim de garantir o cumprimento da lei. Além das cotas legisladas, centenas de partidos políticos em mais de 30 países adotaram voluntariamente suas próprias políticas de cotas para as mulheres. Em tais casos, o partido cria sua própria meta ou proporção de candidatas que julgar pertinente para a eleição.²²

Seguem alguns exemplos de partidos que adotaram as cotas voluntariamente a fim de garantir que as mulheres compõem a proporção de candidatos nas listas do partido:

■ **BURKINA FASO:** o Partido do Congresso para a Democracia (CDP) adotou uma cota interna de 25 por cento para as mulheres nas listas do partido para as eleições parlamentares de 2007.

■ **LUXEMBURGO:** o Partido Social Cristão Popular (CSV) busca uma meta de 33 por cento das mulheres candidatas nas listas do partido.²³

■ **MARROCOS:** a União Socialista das Forças Populares (USFP) adotou uma cota de 20 por cento para a representação de mulheres nas listas de candidatas.

■ **ÁFRICA DO SUL:** o ANC adotou processos de listas para as eleições nacionais de 2003 com cota de um terço para as mulheres no partido. A cota aumentou para 50 por cento das mulheres candidatas antes das eleições de 2009.

■ **ESPAÑA:** o Partido Socialista adotou uma política em que 40 por cento de todos os candidatos em listas eleitorais devem ser mulheres.

■ AUSTRÁLIA, CANADÁ e REINO UNIDO:

os partidos políticos buscaram colocar mulheres para competir em certos distritos vitoriosos ou assentos ‘seguros’, como uma medida de aumentar a proporção de mulheres eleitas.

APLICABILIDADE

Os critérios chaves necessários para que as cotas sejam eficazes são colocação e aplicabilidade. Em primeiro lugar, as mulheres somente se beneficiarão das cotas se forem colocadas em posições passíveis de vitória na lista do partido e não colocadas ao final, com pouca chance de ser eleitas. Em segundo lugar, as cotas legisladas são mais eficazes quando possuem sanções ao não cumprimento. Uma cota indicativa, seja voluntária ou por força de lei, pode estipular uma meta que seja difícil de aplicar, ou por que a lei não estipula como atender a cota, ou por que os partidos políticos a ignoram na ausência de mecanismos de aplicabilidade. Por outro lado, uma cota compulsória não apenas cria uma meta, mas também estipula como ela será implementada, em geral por meio de um mandato com colocação da candidata. As normas ou regulamentações do partido podem inserir medidas para que as mulheres sejam colocadas em posições “passíveis de vitória”, isto é, sempre em segundo ou terceiro lugar na lista. As listas eleitorais do partido não serão aceitas pelas autoridades eleitorais ou comitês de nomeação do partido até que as normas sejam cumpridas.²⁴

ESTRATÉGIAS EMPREGADAS

As seguintes estratégias – retiradas dos estudos de caso e outras pesquisas – foram feitas a fim de servir de guia para os partidos políticos em ações que podem ser tomadas para contemplar a desigualdade de gênero no processo de recrutamento de candidatos. Além disso, essas estratégias fornecem as ideias para as ações que

poderiam ser tomadas por organizações de desenvolvimento, fundações de partidos e OSCs em seu trabalho e apoio aos partidos políticos.

(a) Reforçar o apoio do partido político para as cotas de candidatas e formalizar nos estatutos do partido

Os regimentos e estatutos refletem os princípios e políticas oficiais de um partido político. A adoção de princípios de igualdade de gênero nestes documentos é importante para coordenar a visão do partido e para implementar as políticas necessárias para atingir tal visão, como é o caso das cotas. Alguns partidos políticos em **EL SALVADOR**, **ÍNDIA**, e no **MARROCOS** incluíram tais declarações e provisões que respaldam a igualdade de gênero e promovem a participação política das mulheres nas declarações e estatutos de seus partidos.

(b) Criar diretrizes para recrutamento de candidatas nos comitês de nomeação do partido

As regras de recrutamento de candidatas diferem de partido para partido. Independentemente do processo, entretanto, diretrizes que sejam claras e transparentes e que incorporem regras de garantia de participação das mulheres são uma vantagem significativa. Quando as regras não estão positivadas e a seleção das candidatas está nas mãos de poucos líderes do partido, fica muito difícil para as mulheres competirem em pé de igualdade com os homens já que são comumente excluídas dos clubes “do Bolinha”. Abrir o processo de modo a torná-lo mais participativo, pode combater a tendência dos líderes em alguns partidos a escolherem a dedo seus candidatos de acordo com critérios indefinidos. As regras devem estabelecer metas claras a serem atingidas.

Por exemplo, no Partido Liberal do **CANADÁ**, um comitê de recrutamento de candidatos foi criado para garantir a diversidade no recrutamento e que as regras quanto à inclusão de mulheres fossem seguidas. Na **CROÁCIA**, o Partido Social Democrata adotou uma

cota voluntária de 40 por cento do “gênero subrepresentado” para todas as listas de candidatos nas eleições parlamentares e assembleias locais. A referência ao “gênero subrepresentado” teve a intenção de evitar insinuações sobre o sistema de cotas ser discriminatório, caso se referisse apenas às mulheres.

(c) Garantir a aplicabilidade e colocação em posições vitoriosas

As cotas de candidatas mais eficazes são aquelas que estipulam a colocação das mulheres em posições ou distritos passíveis de vitória e também as que fornecem mecanismos de aplicabilidade para garantir sua implementação. Vários partidos não apenas especificam a proporção de candidatos que devem ser mulheres, mas também quais posições devem ter nas listas do partido. Por exemplo, por vários anos, o Partido Social Democrata na **SUÉCIA** compilou listas ‘zebra’ ou ‘zíper’ em que homens e mulheres alternam-se ao longo de toda a lista de candidatos. O Partido da Luta Democrática (PDIP) da **INDONÉSIA** buscou colocar as mulheres no topo da lista em vários distritos a fim de garantir seu sucesso nas eleições parlamentares de 2009. Na **COSTA RICA**, o Partido da Unidade Cristã-Social (PUSC) alterna homens e mulheres nas listas eleitorais.²⁵



A maneira mais eficaz de aplicar as cotas no partido é empoderando o comitê executivo e o comitê de seleção de candidatos no sentido de rejeitar qualquer lista interna ou processo de recrutamento interno que não siga as regras das cotas. Por exemplo, a aplicação da cota de 35 por cento para as mulheres em **EL SALVADOR** no partido FMLN é garantida pela Secretaria das Mulheres. No **CANADÁ**, o comitê central do Partido Liberal não certifica nomeações em que pelo menos um terço seja de mulheres e podem até substituir nomeações colocando candidatas de sua própria escolha. O Partido Trabalhista da **AUSTRÁLIA** possui cota que exige que 40 por cento das mulheres candidatas em ‘assentos vitoriosos’ nos parlamentos estaduais e federal; se as listas de candidatos não incluírem mulheres o suficiente, os Comitês Administrativos Estaduais ou Federais podem solicitar novas primárias ou pré-seleções.

Onde hajam cotas por força de lei, outra medida é garantir que o Órgão de Gestão Eleitoral (comissão eleitoral) fiscalize a implementação das cotas e que tenha o poder e os meios de garantir o cumprimento da lei na prática. Em vários países da América Latina e outras regiões, o Órgão de Gestão Eleitoral rejeitará o registro de listas de candidatos encaminhadas pelos partidos até que as listas estejam em conformidade com a lei.

(d) Trabalhar com as OSCs para monitorar o cumprimento

Além dos órgãos de gestão eleitoral e os comitês internos do partido, as OSCs tiveram um papel importante em vários países no monitoramento do cumprimento das cotas nos partidos políticos. As OSCs foram instrumentais ao exercerem pressão sobre os partidos políticos pela observância de suas promessas e responsabilizá-los. Por exemplo, o Fórum de Liderança das Mulheres, uma organização da sociedade civil multipartidária localizada na **ARMÊNIA**, desenvolveu uma estratégia que une reuniões privadas e negociações com lideranças

de partidos e eventos públicos, tais como coletivas de imprensa a fim de colocar pressão nos partidos para que honrem as cotas. No **MÉXICO**, as mulheres membros do partido PAN usaram alianças estratégicas com outros partidos e OSCs para incentivar a implementação de cotas de gênero.

(e) Cultivar alianças estratégicas com os homens

Em vários partidos, os defensores do sexo masculino de políticas - tais como as cotas para candidatas ou assentos reservados - desempenharam um papel crucial na construção de apoio interno a tais políticas. Se a participação das mulheres significa liderança dentro do partido como um benefício para todos e não somente para as mulheres, os homens devem se envolver em reformas que trarão efeitos. No Partido Trabalhista da **AUSTRÁLIA**, no Partido Liberal do **CANADÁ** e no Partido Socialista da **ESPANHA**, as mulheres trabalharam com líderes do partido do sexo masculino que conseguiram levar as reformas de cotas a efeito. No **MÉXICO**, as mulheres filiadas ao PAN também trabalharam para educar e fazer lobby com suas contrapartes do sexo masculino para dar apoio à reforma de cotas e obter apoio em toda a hierarquia do partido. Esse apoio foi essencial para a aprovação da lei no parlamento. A abordagem dual de trabalhar com as mulheres e homens dentro do partido, juntamente com o apoio externo das OSCs, pode gerar excelentes resultados.

(f) Expandir o grupo de mulheres candidatas e fornecer treinamento de habilidades

Alguns líderes de partidos políticos argumentaram que existe uma escassez de mulheres candidatas dispostas e capacitadas e com a confiança e experiência necessárias para concorrerem em uma eleição, o que, por sua vez, pode significar que o partido não consiga atingir suas metas de cotas. Isto ocorre especialmente em países que estão em período pós-conflito em que as mulheres tendem a ficar alijadas do processo

de transição a menos que os partidos ativamente recrutem membros mulheres. Além de implementar as cotas, o que importa é que outros mecanismos de apoio à participação política das mulheres sejam incentivados. Em países que não possuem cotas, tais medidas são mais significativas.

As estratégias de expandir o rol de mulheres candidatas e construir suas capacidades políticas incluem treinamento e apoio por atividades de alcance no **CAMBOJA** ou assistência técnica e direcionamento em estratégias de mobilização no **MARROCOS**, onde a coalizão das mulheres de OSCs e ativistas de partidos receberam apoio de organizações internacionais durante a campanha de promoção das cotas. No **CANADÁ**, o Partido Liberal designou a Diretoria de Busca de Candidatas para auxiliar a recrutar mulheres para o partido. Na **INDONÉSIA**, o Departamento de Empoderamento das Mulheres do PDIP trabalha com a divisão de treinamento para desenvolver e implementar um programa

de treinamento para mulheres candidatas aumentarem suas habilidades políticas. O Partido da República (PR) no **BRASIL** organizou carreatas para conscientizar sobre a questão de gênero em alguns estados, com o objetivo de incentivar as mulheres a se afiliarem ao partido e identificar líderes locais do sexo feminino que poderiam se tornar candidatas locais. As seções de treinamento foram oferecidas a mulheres interessadas na doutrina, metas e conquistas do partido.²⁶

Os partidos políticos também poderiam ser úteis no apoio a uma rede ou comunidade de mulheres candidatas que já tenham concorrido em eleições, tendo ganhado ou não. Os partidos poderiam lhes apoiar no sentido de incentivar ligações com os eleitorados e motivar futuras mulheres candidatas. No **GANÁ**, um grupo de partidos políticos busca manter um banco de dados de mulheres que concorreram a eleições e não tiveram sucesso, a fim de retê-las nas atividades e posições do partido e auxiliá-las caso se interessem em concorrer futuramente.²⁷

POLÍTICA DO SOCIALIST INTERNATIONAL WOMEN (MULHERES SOCIALISTAS INTERNACIONAL), 2010:

O SIW [braço de mulheres do Socialist Internacional] incentiva os “partidos-membro... a promover medidas a gradualmente atingir a paridade (50/50) entre mulheres e homens em todos os órgãos com poder de decisão, começando com uma cota mínima de 30 % para mulheres e homens em todas as posições eleitas, assim como dentro da liderança do partido, mas também metas com limite temporal a serem atingidas assim que possível para a representação 50/50 com o objetivo de incluir igualmente a visão das mulheres na política e, portanto, garantir o desenvolvimento socialmente justo, sustentável e equilibrado.”²⁸

(g) Incentivar relações multilaterais e compartilhamento de experiências

Em muitos países em transição, os partidos políticos valorizam as relações estratégicas com atores internacionais. Alguns partidos voltam-se à Europa Ocidental ou à América do Norte buscando experiências e para se alinhar a associações internacionais de partidos políticos. Para alguns partidos, por exemplo, adotar cotas envia a mensagem de que o partido se torna mais aberto e inclusivo. Os partidos que buscam se filiar ao Socialist International, por exemplo, são incentivados a adotar medidas que promovam o empoderamento político das mulheres.

DUAS MANEIRAS EM QUE O DINHEIRO NA POLÍTICA TEM IMPACTO DIRETO SOBRE AS MULHERES CANDIDATAS NO PROCESSO ELEITORAL:

- (1) levantar recursos para ser recrutada pelo partido e ganhar a indicação
- (2) levantar fundos suficientes para financiar a campanha eleitoral

FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS E CAMPANHAS ELEITORAIS

QUESTÕES-CHAVE

Uma pesquisa feita com 300 parlamentares conduzida pela União Interparlamentar (IPU) descobriu que um dos fatores mais significativos que impedem as mulheres de entrar na política é a falta de financiamento para concorrer em campanhas eleitorais.²⁹ Não somente as mulheres lutam para levantar fundos necessários para fazer uma campanha, mas também recebem pouca ou nenhuma assistência financeira de seus partidos políticos. Há dois estágios específicos em que o dinheiro impacta diretamente as mulheres candidatas: (1) conseguir ser nomeada e ser recrutada pelo partido e (2) financiamento da campanha eleitoral.

O desafio de financiamento também se aplica aos homens, mas as mulheres muitas vezes enfrentam desafios ainda maiores por uma série de razões. Em todo o mundo, o status econômico das mulheres é em geral mais baixo que o dos homens. Os papéis de socialização de gênero tradicionalmente posicionaram os homens como os “ganhadores do pão” e, portanto, eles estão mais acostumados a levantar fundos para seu próprio uso. Como as mulheres têm sido tradicionalmente relegadas

à esfera privada, elas não estão acostumadas a levantar recursos em seu próprio nome. Quando conseguem, muitas mulheres preferem gastá-los com as necessidades familiares imediatas.

Os homens também podem ser capazes de fazer campanhas de modo mais eficaz fora da estrutura do partido, por que têm maior probabilidade de estar ligados ao setor privado e redes profissionais que podem fornecer recursos financeiros e experiência. O argumento de rede estende-se ao conceito de “clube do Bolinha” dentro do partido, já que a maioria das lideranças do partido hoje permanece dominada por homens, com as mulheres muitas vezes excluídas do círculo do poder.³⁰ A ausência das mulheres destas redes dificulta sua habilidade de levantar fundos suficientes de modo eficaz, especialmente quando competem com candidatos homens. As exceções são muitas vezes de esposas, filhas e irmãs de políticos conhecidos que, em virtude de suas relações possuem acesso ao capital da família e conexões.³¹

Em muitas democracias em desenvolvimento, a falta de dinheiro para fazer até mesmo os mais modestos depósitos a candidatas, pode excluir as mulheres do processo de eleição. A escassez de recursos é muitas vezes sentida mais profundamente entre os partidos novos ou aqueles sem representação no parlamento, já que em geral não se qualificam para financiamento



público. Assim, as mulheres candidatas acabam tendo de financiar seus próprios custos com transporte e materiais de campanha, o que pode ser bem problemático em áreas rurais em que o custo do transporte para chegar até os eleitores é bastante alto.³²

O financiamento necessário varia ao longo de um ciclo eleitoral. Um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres ocorre na captação do capital inicial para conseguirem a nomeação. O capital inicial são os recursos necessário para lançar uma candidatura, para ganhar visibilidade e construir o reconhecimento do nome, viajar e organizar uma equipe de campanha e, por fim, conseguir a nomeação no partido. A maior parte do capital inicial da campanha vem do(a) próprio(a) candidato(a), e este autofinanciamento é com frequência o maior obstáculo para as mulheres especialmente. Depois de ganhar uma nomeação, o apoio do partido pode aumentar e haver maior visibilidade para atrair mais fontes de financiamento.³³

ESTRATÉGIAS EMPREGADAS

As seguintes estratégias foram primariamente elaboradas a fim de direcionar os partidos políticos em ações para lidar com os desafios no levantamento de recursos para a campanha. Além disso, essas estratégias fornecem ideias para ações que poderiam ser levadas a cabo por organizações de desenvolvimento, fundações de partidos e OSCs em seu trabalho e apoio aos partidos políticos.

(a) Criar redes de levantamento de recursos

As redes e organizações de levantamento de recursos possuem um grande efeito sobre o fluxo de dinheiro para as mulheres candidatas. Estudos da **AUSTRÁLIA**, **CANADÁ**, **CAMBOJA**, **REINO UNIDO** e **ESTADOS UNIDOS** demonstram que estes grupos influenciam bastante no levantamento e mobilização de recursos para as mulheres. Essas redes de levantamento de

OS SUBSÍDIOS PARA AS MULHERES CANDIDATAS PODEM INCLUIR:

- Reembolso de gastos com creches
- Custos de viagem e transporte
- Alocação de verba para roupas
- Provisão de material impresso de campanha

recursos podem fornecer importantes fundos iniciais para as mulheres nos primeiros estágios na busca da nomeação pelo partido. Além disso, são fontes vitais de fundos em que não haja financiamento público e as candidatas tenham que levantar fundos privados para concorrer em eleições.

O entendimento de que as mulheres precisam de capital inicial no processo da campanha para conseguir a nomeação pelo partido foi a inspiração para a criação da EMILY's List nos **ESTADOS UNIDOS**. Capital inicial é como fermento (Early Money is Like Yeast-EMILY) é uma rede de financiamento que aprimora o acesso ao financiamento para as mulheres do Partido Progressista Democrático nos EUA. As mulheres não estavam obtendo o capital necessário para suas campanhas de modo a serem levadas a sério o suficiente como candidatas contra os homens e o EMILY's List forneceu o acesso a este capital inicial, já que “o capital inicial faz a massa crescer (i.e., fundos para a campanha)”. Esta rede inspirou iniciativas parecidas em outros países, inclusive a “Lista de Desejos” (Wish List) do Partido Republicano. Essas redes se unem a contribuições individuais e distribuem fundos a suas candidatas principais.

(b) Criar fundos internos no partido para apoiar as mulheres candidatas

Alguns partidos políticos criaram fundos direcionados a dar assistência às mulheres candidatas com custos de campanha. No **CANADÁ**, o Partido Liberal criou o Fundo Judy LaMarsh, que é um mecanismo de levantamentos de recursos a fim de auxiliar as mulheres a serem eleitas no parlamento. O Partido Liberal possui o controle direto sobre como o recurso é gasto e quais mulheres candidatas são priorizadas no recebimento do recurso. O Fundo deve trabalhar de acordo com a legislação partidária canadense e levantar fundos inicialmente em eventos, malas diretas e Internet. O Fundo contribuiu enormemente para aumentar o número de mulheres em encontros partidários.

(c) Fornecer subsídios para mulheres candidatas

Campanhas são atividades que demandam certo nível de financiamento, tempo e flexibilidade que poucas pessoas, especialmente as mulheres com famílias, podem pagar. Em muitas famílias, as mulheres assumem as responsabilidades principais, que muitas vezes são extremamente difíceis de combinar com longas horas de campanha. No **CANADÁ**, o Partido Liberal buscou lidar com estes desafios ao fornecer subsídios a mulheres candidatas para gastos relativos à campanha. No nível nacional, um programa de assistência financeira permite às mulheres e aos candidatos de minorias serem reembolsados em até CAD\$500 por custos com creches durante o processo de nomeação e CAD\$500 para gastos com viagens a locais mais distantes.³⁴ Mais CAD\$500 são fornecidos por custos incorridos na busca da nomeação em eleitorados em que os nomeados se aposentam. No **CAMBOJA**, o Partido de Sam Rainsy fornece itens básicos a mulheres candidatas, inclusive roupas adequadas durante a campanha e uma bicicleta para locomoção. Outra opção é quando os partidos políticos oferecem às mulheres candidatas assistência quando há taxas de filiação e nomeação de candidatos, que podem ser muitíssimo altas para algumas mulheres.

O FINANCIAMENTO PÚBLICO E AS MULHERES CANDIDATAS:

- **França:** recursos públicos serão reduzidos se 50 por cento dos candidatos do partido não forem mulheres
- **Burkina Faso:** partidos receberão um aumento em recursos públicos se 30 por cento de seus candidatos eleitos forem mulheres
- **México:** dois por cento dos fundos públicos devem ser usados para empoderar as mulheres

(d) Limitar gastos com nomeação e campanha

Mesmo quando as mulheres conseguem arrecadar os fundos necessários para a campanha, elas não conseguem montantes suficientes para competir diretamente com os homens. Em vários países, ganhar a nomeação do partido é um exercício caro e a necessidade de fazer duas campanhas caras (uma para ser nomeada e a outra para as eleições em si) em um ciclo eleitoral torna o levantamento de fundos um empreendimento desafiador. Em muitos casos, a candidata que consegue a maior parte do dinheiro é a que vence a nomeação do partido. Este é o desafio específico nos **ESTADOS UNIDOS** e outros sistemas eleitorais centrados no candidato como a **NIGÉRIA**, em que os efeitos do dinheiro na representação são enormes. Isto impacta negativamente os grupos subrepresentados quando tentam obter acesso à política. O estabelecimento de limites financeiros para a indicação e a campanha foram propostos como soluções para equiparar a competição dos grupos subrepresentados.³⁵

(e) Financiamento público de partidos políticos

O financiamento público é um mecanismo usado para nivelar a competição durante o período eleitoral, em geral direcionado a partidos com representação no parlamento. O mecanismo em geral é dado sem

qualquer obrigação de contrapartida, mas pode ser regulado de tal modo a incentivar os partidos a contemplarem o empoderamento político das mulheres.

■ **MÉXICO:** o Artigo 78 do código eleitoral inclui uma “Lei dos 2 por cento” que ordena que dois por cento do financiamento público aos partidos políticos sejam usados especificamente na capacitação das mulheres como candidatas e políticas.

■ **BURKINA FASO:** uma lei de 2009 criou cotas para candidatas e incluiu incentivos monetários para os partidos que elegerem mulheres candidatas. Há um aumento de 50 por cento do financiamento público se 30 por cento das candidatas eleitas forem mulheres.³⁶

■ **FRANÇA:** uma emenda de 1999 introduziu o princípio da paridade na constituição, em que entre outros, 50 por cento dos candidatos nomeados para eleição devem ser mulheres. Para a eleição de candidatas para a câmara baixa, os partidos sofrem sanções financeiras se não atingirem 50 por cento para cada sexo. Os partidos perdem parte do financiamento público quando a diferença entre o número de candidatos de cada sexo vai além de 2 por cento do número total de candidatos na lista.³⁷

Algumas propostas adicionais foram feitas na Irlanda e no Gana. Na **IRLÂNDIA**, a emenda à Lei Geral Eleitoral sobre financiamento político de 2011 propôs um corte de 50 por cento no financiamento do partido político a menos que 30 por cento dos candidatos nas eleições gerais sejam de mulheres representando tais partidos.³⁸ No **GANÁ**, um grupo de partidos políticos expressou interesse em desenvolver um Fundo das Mulheres para dar apoio a mulheres

aspirantes nas eleições parlamentares e presidenciais. Em uma declaração depois de uma reunião multipartidária em 2011, vários partidos políticos propuseram alocar 10 por cento dos recursos públicos dos partidos políticos diretamente às mulheres aspirantes e reduzir significativamente as taxas para as mulheres em campanha.³⁹

Outra maneira de fornecer financiamento público indireto é por meio de acesso à mídia estatal e privada. Este é um componente importante durante a campanha, já que cria a conexão entre os candidatos e os eleitores. O tempo gratuito na mídia é um subsídio em espécie, e foi usado no **TIMOR LESTE** como um modo de promover a participação eleitoral das mulheres: os partidos que colocaram as mulheres em altas posições no partido receberam tempo adicional na mídia.

(f) Alocar fundos específicos para treinamento de mulheres

Para que as mulheres consigam avançar nos partidos políticos, elas devem preencher as lacunas históricas na experiência política. Uma explicação comum usada pelos partidos políticos para justificar a não nomeação ou promoção das mulheres é que poucas mulheres têm as habilidades necessárias para ter sucesso na política.

Os partidos podem superar isto ao criar programas e alocar recursos para treinar as mulheres, uma prática bem comum na América Latina:

■ Em **EL SALVADOR**, as mulheres ativistas de vários partidos se uniram para formar um instituto multipartidário que forneça capacitação às mulheres. Uma vez que o treinamento é por vezes um desafio aos partidos, mulheres bem treinadas podem alavancar suas habilidades a replicar seu treinamento a outros partidos e se valorizarem perante seus partidos.



■ O PAN no MÉXICO busca nivelar as capacidades políticas das mulheres e homens por meio de seminários, oficinas, fóruns e cursos dirigidos a mulheres candidatas. Os treinamentos contemplam diferentes tópicos dependendo das necessidades, mas incluem a motivação, atitude, trabalho em equipe e assuntos de interesse das mulheres. Os cursos foram oferecidos para as mulheres interessadas em fazer campanha ou ser coordenadoras de campanha para aumentar sua participação.⁴⁰

(g) Aplicar práticas de orçamentação com foco no gênero

Os partidos também podem refletir sobre como os fundos são gastos em relação às mulheres, por meio de uma análise de como todos os gastos do partido beneficiarão homens e mulheres ativistas do partido e como os recursos são alocados para estruturas específicas de mulheres no partido. Uma análise dos gastos de campanha do ponto de vista do gênero também seria um exercício valioso. Os partidos podem iniciar práticas orçamentárias sensíveis ao gênero, como no caso da SÉRVIA, em que os partidos participam das comissões de igualdade de gênero, trabalhando para garantir que as mulheres se beneficiem de fundos públicos.



PERÍODO ELEITORAL



UNDP/INABE/FRECHON

CAMPANHA E PREPARAÇÃO ELEITORAL

QUESTÕES-CHAVE

Os partidos políticos e os candidatos são as partes mais interessadas nas eleições; competem por cargos públicos, conduzem as campanhas e pedem votos. O marco eleitoral e a administração da eleição, juntamente com o ambiente político e cultural têm grande efeito sobre o resultado das eleições.⁴¹ Durante o período eleitoral, as atividades do partido político são direcionadas às campanhas em si, apoiando os candidatos e alcançando os eleitores. Além disso, os partidos podem participar e fiscalizar a administração da eleição, inclusive nos processos de pesquisas e apuração dos resultados.

As campanhas são centrais na chance de um partido ganhar uma eleição. As regras da campanha diferem entre os países e as estratégias diferem entre os partidos. São influenciadas pelo marco legislativo, normas e cultura sociais, o contexto econômico, os grau de desenvolvimento e o tipo de sistema político. As campanhas em eleições nacionais podem ser muito caras e, em vários países, a quantidade de fundos têm impacto direto sobre o sucesso das campanhas. Com frequência, no entanto, as mulheres candidatas se esforçam para atingir os mesmos níveis de recursos dos homens e conseguir acesso à mídia. As mulheres candidatas ficam com frequência invisíveis nas campanhas, enquanto os líderes do partido e seus indicados (em geral homens) dominam a propaganda política, o tempo na mídia e os pôsteres nas campanhas.

Na pesquisa com 300 parlamentares feita pelo IPU, metade dos respondentes identificaram técnicas relativas à capacitação, comunicação e alcance ao eleitorado como o que é mais importante para apoiar suas candidaturas.⁴² Alguns notaram em especial a utilidade do treinamento feito por partidos irmãos em outros países. Há várias ações que os partidos podem fazer para apoiar o desenvolvimento das mulheres nas campanhas e promover sua inclusão. As OSCs de mulheres, fundações de partidos e organizações de desenvolvimento envolveram-se na preparação e treinamento de mulheres para fazer campanhas. Os partidos políticos podem assim buscar apoio estratégico e alianças com OSCs de mulheres e organizações internacionais, que, em muitos países, fornecem valioso apoio financeiro e recursos técnicos a mulheres

candidatas durante a campanha. Os partidos deveriam também garantir que suas propagandas e mensagens em campanha fossem direcionadas às eleitoras, divulgando as posições do partido sobre a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

ESTRATÉGIAS EMPREGADAS

As seguintes estratégias foram primariamente elaboradas a fim de direcionar os partidos políticos em ações de apoio durante a campanha e o período eleitoral. Além disso, essas estratégias fornecem ideias para ações que poderiam ser levadas a cabo por fornecedores de assistência ao desenvolvimento, fundações de partidos e OSCs em seu trabalho e apoio aos partidos políticos.

(a) Fornecer treinamento e orientação para as mulheres candidatas

O fortalecimento de habilidades de campanha de mulheres candidatas e o aumento de suas oportunidades em educação são importantes para melhorar suas oportunidades eleitorais. Tal treinamento pode focar a arrecadação de fundos, estratégias de comunicação, relações com a imprensa, contato com eleitores e elaboração de plataformas de campanha.⁴³ Por exemplo, as OSCs e organizações de desenvolvimento podem ser boas aliadas em programas que foquem técnicas de campanha.

Além disso, as mulheres que buscam avançar na política podem se beneficiar da experiência de outras mulheres que tenham participado anteriormente em campanhas eleitorais.

AS MULHERES QUE QUEREM AVANÇAR NA POLÍTICA PODEM SE BENEFICIAR DE PROGRAMAS DE ORIENTAÇÃO QUE COLOCAM CANDIDATAS NOVATAS COM MULHERES QUE JÁ TENHAM PARTICIPADO ANTERIORMENTE DE CAMPANHAS ELEITORAIS.

Na **AUSTRÁLIA**, o Partido Trabalhista, por meio de sua própria EMILY's List, criou um programa de orientação em que candidatas de primeira viagem fazem par com políticos mais experientes com este propósito. No Reino Unido, o grupo MulheresParaVencer (Women2Win), do Partido Conservador, fez um website com o mesmo nome para recrutar novos membros mulheres, oferecer treinamento, orientação e o apoio necessário para terem sucesso no partido.

(b) Garantir a visibilidade das mulheres na campanha

As mulheres ativistas e candidatas no partido incorporam habilidades e tratos que servem bem ao partido político, mas frequentemente não são reconhecidas e são subutilizadas nas campanhas. Com frequência, as mulheres ficam de fora das campanhas, já que a prioridade é dada aos líderes do partido e aos candidatos mais famosos. Os partidos políticos podem promover a visibilidade e nomear mulheres candidatas ao promover ativamente sua inclusão nas campanhas, inclusive na televisão e pôsteres ou nomeando mulheres como porta-vozes dos partidos. As mulheres em vários países usaram novas tecnologias para promover suas próprias candidaturas durante a campanha, com ferramentas novas de mídias sociais como sites pessoais e o uso do Facebook e Twitter.⁴⁴

As campanhas proativas de alcance público podem resolver os gargalos culturais e sociais contra as mulheres – especialmente os perpetuados pela mídia – e destacar os benefícios da participação política das mulheres para a sociedade como um todo. Os incentivos também podem ser fornecidos aos políticos para aumentar a visibilidade das mulheres nas campanhas, tais como oferta de tempo de mídia gratuito ou adicional para que os partidos promovam suas mulheres candidatas. No **TIMOR LESTE**, conforme dito acima, os partidos recebiam mais tempo na mídia se nomeassem mulheres e garantissem sua visibilidade na campanha. Nos

UNDP/ANGOLA



ESTADOS UNIDOS, o Partido Democrata incentiva as candidatas a incluir imagens de mulheres na propaganda eleitoral.

Os partidos políticos deveriam também garantir que as mulheres candidatas tenham acesso à máquina da campanha – pessoal, segurança, locais, fundos – melhorando muito sua chance de vencer.

(c) Identificar e divulgar as posições do partido em questões que sejam prioridades para as mulheres

As plataformas são um componente chave da maturidade de um partido; ajudam os partidos a se distinguirem em certas questões, ao invés de ser personalista. A identificação das prioridades de política para as mulheres podem ser uma estratégia para ganhar apoio de eleitoras e impactar favoravelmente os resultados eleitorais para os partidos. Por exemplo, as mulheres parlamentares estão na linha de frente dos esforços do combate à violência de gênero, tendem a priorizar licenças maternidade e creches e foram instrumentais na garantia de leis de igualdade de gênero e reformas eleitorais que aumentam o acesso das mulheres aos parlamentos.⁴⁵ A inclusão dos interesses das mulheres na plataforma do partido pode ajudar as mulheres candidatas por que fornecem pontos de comunicação para as mulheres alcançarem as eleitoras. Os partidos podem identificar questões de política posicionando-se melhor quanto a seu eleitorado, atraindo assim mais mulheres como eleitoras.

■ **CANADÁ:** o Partido Liberal desenvolveu e disseminou uma série de Livros Cor-de-Rosa, que identificavam e explicavam a posição do partido em questões prioritárias para as mulheres.

■ **ÍNDIA:** as mulheres membro do partido atraíram um número significativo de eleitoras ao partido quando introduziram uma política de investir 10.000 rúpias em contas-poupança para todas as meninas nascidas no estado de Madir Pradesh, a ser usado para sua educação quando chegassem aos 18 anos de idade.

■ **PERU:** em sua campanha pré-eleitoral, o Partido Popular Cristão (PPC) iniciou uma campanha para melhorar o capítulo Mulheres e Oportunidades Iguais do Plano de Governo e seu processo de divulgação. Juntamente com o Instituto Republicano Internacional (IRI) e financiado pelo mesmo, o PPC buscou insumos públicos por meio de audiências públicas e reuniões com organizações específicas.⁴⁶

(d) Monitoramento eleitoral e provisões de segurança focados no gênero

Os partidos políticos têm a importante tarefa de realizar a função fiscalizar o processo eleitoral e verificar irregularidades. Compra de votos, intimidação de eleitores, fraude de urnas e má organização minam a integridade das eleições. A má segurança pode afetar as eleitoras e candidatas de várias formas, quando se compara com eleitores homens, especialmente em locais em que exista grande ameaça de violência de gênero, que pode prevalecer nas eleições em regiões pós-conflito.⁴⁷

Portanto, os partidos políticos precisam se manter em vigilância, o que pode exigir a presença de fiscais do partido durante o registro e a eleição em si, no sentido de garantir que os eleitores possam votar sem intimidação. Os partidos também deveriam garantir presença dos fiscais durante a apuração e transporte das urnas.⁴⁸ É importante para os partidos incluir a perspectiva de gênero nas práticas de fiscalização empregadas, tais como garantir que haja listas de checagem a ser preenchidas pelos fiscais, inclusive quanto a questões relativas ao voto familiar, violência e intimidação e outras violações que impactam a livre participação das mulheres nas eleições.⁴⁹

Os partidos políticos têm a responsabilidade de recrutar e treinar seus militantes e podem buscar ativamente recrutar as mulheres a preencherem essa tarefa de fiscal.



UNDP/MARIE FRECHON

AS LISTAS DE CHECAGEM USADAS PELOS MONITORES DO PARTIDO DEVEM INCLUIR QUESTÕES COM BASE NO GÊNERO, A SABER:

Existem algumas questões na sua área que parecem afetar a participação das mulheres como eleitoras e/ou candidatas positiva ou negativamente?

Isto tem importância específica nos locais de eleição alocados apenas para as mulheres. A presença de homens em tais locais pode ser proibida ou pode intimidar as mulheres eleitoras. A presença de monitores de partidos também podem ter outros benefícios; não somente contribuindo para garantir a segurança das mulheres enquanto votam por meio de sua visibilidade, mas também podem colocar os militantes de seu próprio partido em dúvida, para garantir que não intimidem os eleitores e relatem tais incidentes.

(e) Informação focada no gênero ao eleitor

É do interesse dos partidos políticos conduzir a educação dos eleitores no sentido de garantir que os apoiadores se registrem para o voto e possam legitimar seu voto no dia da eleição. Os partidos políticos investem bastante dinheiro e tempo nas campanhas com informações ao eleitor e podem direcionar ativamente suas mensagens às mulheres e se certificar que elas entendem o processo envolvido. Essas informações devem destacar para as mulheres a importância de seu voto para a sociedade como um todo e enfatizar seu direito ao voto como membros iguais na sociedade. Na **ÁFRICA DO SUL**, por exemplo, a Liga das Mulheres do Congresso Nacional Africano iniciou uma Campanha de 60 Dias Ininterruptos durante as eleições nacionais de 2009, que buscava mobilizar as eleitoras para o exercício de seus direitos a fim de consolidar a democracia.⁵⁰

As mulheres devem fazer parte da gestão, planejamento e implementação das informações ao eleitor durante as campanhas. A organização de tais campanhas e seminários de educação exige não somente mensagens direcionadas e condizentes ao histórico sociocultural, níveis de alfabetização e a situação política em cada país, mas também a seleção cuidadosa e a organização da logística. A garantia de um ambiente de aprendizagem que seja seguro e onde as mulheres não se sintam intimidadas é importante, e, se necessário, treinamentos só de mulheres podem ser considerados. Em comunidades tradicionais, as mulheres podem ser segregadas dos homens e ter diferentes níveis de liberdade de movimento e educação.⁵¹ Toda a educação ao eleitor deve incluir as mulheres e, se necessário, ser voltada somente para mulheres.⁵²

As informações sobre a campanha ao público em geral também deveriam incluir mensagens sensíveis ao gênero enfatizando o sigilo da urna a fim de combater o voto em família e destacar a importância da participação política das mulheres para a consolidação da democracia. As mensagens também podem incentivar os homens a considerar o voto nas mulheres candidatas.

IV

PERÍODO
PÓS-ELEITORAL

UNDP BRAZIL

GOVERNANÇA COM FOCO NO GÊNERO

QUESTÕES-CHAVE

O avanço na governança democrática exige a criação de um ambiente com processos políticos inclusivos e responsivos e o empoderamento das mulheres. A inclusão da perspectiva das mulheres e sua participação na política são pré-requisitos para o desenvolvimento da democracia e contribuem para a boa governança. Ainda assim, em todo o mundo as mulheres permanecem subrepresentadas nos órgãos de tomada de decisão. A pesquisa demonstrou que o número de mulheres no parlamento importa; para dizer o mínimo, quanto mais mulheres houver no parlamento, maior será a probabilidade do partido contemplar as suas questões e mudar a dinâmica do gênero na câmara.⁵³ A proporção de mulheres membros do

OS PARTIDOS PODEM SE BENEFICIAR DE UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS NECESSIDADES E OPORTUNIDADES PARA MEMBROS MULHERES.

parlamento possui grande influência sobre a natureza do debate na política.

Na ausência das mulheres nos parlamentos e outros órgãos legislativos, os partidos precisam ser proativos a fim de garantir a igualdade de gênero na governança. Os partidos têm influência em determinar quais questões formam o debate político: eles formulam a política, estabelecem as prioridades da governança e, portanto, estão colocados estrategicamente para contemplar as preocupações das mulheres. Na prática, os partidos políticos possuem um registro misto de lidar com a questão de gênero na governança. Os exemplos nesta seção oferecem alguns insights acerca de medidas que os partidos políticos adotaram para lidar com a igualdade de gênero na governança pós-eleitoral.

ESTRATÉGIAS EMPREGADAS

As seguintes estratégias foram primariamente elaboradas a fim de direcionar os partidos políticos em ações para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na governança pós-eleitoral. Além disso, essas estratégias fornecem ideias para ações que poderiam ser levadas a cabo por organizações de desenvolvimento, fundações de partidos e OSCs em seu trabalho e apoio aos partidos políticos.

(a) Realizar avaliação de igualdade de gênero

O Período pós-eleitoral é estrategicamente importante para que os partidos conduzam uma avaliação

da igualdade de gênero. Frequentemente, os políticos apoiam-se em dados informais quando elaboram estratégias para a promoção do empoderamento das mulheres, mas poderiam ao invés disso se apoiar mais em uma reflexão interna. Os partidos podem se beneficiar de uma análise sistemática das necessidades e oportunidades dos membros mulheres, com base em dados coletados de pesquisas, grupos focais, pesquisas de opinião e resultados eleitorais. Além disso, uma investigação quanto à igualdade de gênero dentro do partido político pode incluir o exame das regras que direcionam o funcionamento do partido, suas políticas e compromissos de missão e as posições mantidas pelas mulheres no partido. Isto pode ser facilitado ao manter atualizados os registros de dados divididos por sexo.

Após a eleição, os partidos políticos podem se beneficiar ao realizar uma avaliação de seu próprio desempenho e grau de atenção a questões de gênero na campanha. O partido pode avaliar se certas práticas ou regras impactaram negativamente as mulheres de modo direto ou indireto durante a eleição, tais como o financiamento de candidatas ou regras de recrutamento. Por sua vez, as ações e planos estratégicos podem ser desenvolvidos a partir das conclusões dessas avaliações. Novas políticas nos partidos podem ser adotadas ou reformas podem ser feitas a qualquer tempo, mas existe uma vantagem estratégica em fazer isto no período pós-eleitoral. Por exemplo, no **CANADÁ**, o Novo Partido Democrático (NDP) finalizou uma auditoria da diversidade em uma de suas províncias após as eleições, a partir da qual os membros de eleitorados subrepresentados foram capazes de desenvolver um plano de ação para nomear mais mulheres candidatas em eleitorados vitoriosos. No **QUIRGUISTÃO**, uma análise de gênero dos manifestos dos partidos políticos e uma avaliação da situação das mulheres na política nacional e local foram realizadas por organizações de assistência ao desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

(b) Fornecer treinamento a parlamentares recém-eleitas

Para a maioria dos membros recém-eleitos, o trabalho parlamentar é uma nova experiência. Enquanto a secretaria parlamentar fornece treinamento indutivo para os novos membros, os partidos políticos muitas vezes fornecem seu próprio treinamento ao seu grupo de parlamentares eleitos sobre como os partidos funcionam no parlamento. Esse treinamento pode fornecer o desenvolvimento de habilidades gerais e podem ser direcionados a mulheres a fim de ajudar com as regras e procedimentos do jogo.

(c) Promover reformas focadas no gênero nos parlamentos

Já que são grupos políticos dentro do parlamento, os partidos podem trabalhar para mudar a sua cultura. Quando as mulheres entram nos parlamentos, elas tendem a adentrar domínios que operam ao longo de linhas de gênero, ou seja, um ambiente político em que a cultura institucional e procedimentos operacionais podem ser viesados contra elas próprias. A condução de uma revisão do clima político pode ser necessária para garantir que as condições nas quais as mulheres operam levem à sua participação. Considerar questões como horários de votação no parlamento, instalações adequadas para as mulheres e licenças maternidade podem levar a



UNDP/ERICK RABEMANANORO

reformas positivas para a promoção da participação das mulheres. A remoção das barreiras para a participação das mulheres é crucial para criar parlamentos sensíveis à questão do gênero, que possam responder às necessidades e interesses tanto de homens quanto de mulheres.⁵⁴

Na **ÁFRICA DO SUL**, as mulheres do Congresso Nacional Africano em reunião do partido destacaram a necessidade de reforma no parlamento quando assumiram em 1994. Pediram que o calendário parlamentar fosse alinhado ao calendário escolar para que as parlamentares estivessem em recesso ou tivessem tempo com o eleitorado durante as férias escolares. Também fizeram pressão para que as sessões terminassem mais cedo, para que as parlamentares com filhos pequenos possam ter tempo de interação com suas crianças, e para a disponibilização de creches.⁵⁵

(d) Garantir o encaminhamento do gênero e do empoderamento das mulheres na política do partido

Aquela pesquisa com 300 parlamentares feita pelo IPU mostra que as políticas dos partidos são os fatores determinantes para as prioridades e agendas legislativas. Os órgãos decisórios dos partidos políticos, tais como os diretórios nacionais, são altamente influentes; ainda que as mulheres permaneçam subrepresentadas nesses grupos. Na prática, nem todos os partidos políticos promovem a igualdade de gênero ou cumprem com seu manifesto

NA ÁFRICA DO SUL, AS MULHERES DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO PRESSIONARAM POR MUDANÇAS NO CALENDÁRIO PARLAMENTAR PARA INSERIR PARLAMENTARES COM FAMÍLIAS E MELHORAR A SENSIBILIDADE QUANTO AO GÊNERO NO PARLAMENTO.

e poucas mulheres chegam às posições mais altas na hierarquia partidária. Como seria de se esperar, o apoio ao partido da situação é um dos fatores mais importantes para iniciar e promulgar a legislação relativa ao gênero.⁵⁶

Os partidos políticos podem promover o empoderamento das mulheres por meio do desenvolvimento da legislação de duas formas pelo menos:

(a) ao apoiar a reforma da política específica de gênero, tal como o combate à violência ou alienação parental, ou questões de direitos reprodutivos;

(b) ao garantir que uma perspectiva de gênero perpassasse todos os debates da política e as prioridades do partido, inclusive a promoção da igualdade de gênero em áreas como o acesso à justiça, saúde, nacionalidade, trabalho, direitos de propriedade, seguridade social e herança.⁵⁷ Os parlamentos também podem garantir que os compromissos internacionais, como a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), sejam traduzidos em legislação nacional e transformados em ações governamentais.

As capacidades dos membros do partido, tanto de homens quanto mulheres, deveriam ser desenvolvidas para assumir análises a partir de uma perspectiva de gênero. O desenvolvimento da política, a revisão da legislação e alocações de recursos devem ser informados por seus efeitos sobre homens e mulheres. Isto também pode incluir o apoio às capacidades de comitês especializados que lidem com a igualdade de gênero a fim de conduzir análises de orçamento com base no gênero e ter acesso a dados. Uma medida organizacional relacionada é garantir que as resoluções e recomendações das frentes de mulheres, comitês de política interna ou dos encontros de mulheres parlamentares informem o desenvolvimento da política dentro do partido político.

INCLUIR A QUESTÃO DE GÊNERO EXIGE QUE O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA, A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO E A ALOCAÇÃO DE RECURSOS SEJAM INFORMADAS POR SEUS EFEITOS SOBRE HOMENS E MULHERES.

■ Espanha: o Partido Socialista dos Trabalhadores (PSOE) patrocinou a promulgação da lei de igualdade de gênero e buscou encaminhar a questão de gênero no processo de formulação de política. Desde 2004, o PSOE introduziu várias leis, inclusive a reforma agrícola, creches e cotas de candidatas.

■ Marrocos: a USFP destacou questões tais como a lei de cidadania e a lei de igualdade de gênero no Parlamento.

■ Ruanda: a reforma do legislativo enfocou a lei de herança e sucessão (1999), lei de proteção à criança (2001) e lei contra a violência de gênero (2009). As mulheres também tiveram um papel de influência garantindo que outras leis incluíssem o gênero e a criança, inclusive a lei de cidadania nacional, a classificação de crimes de genocídio e a proteção de testemunhas.

Em alguns casos, os parlamentares podem não conseguir encaminhar as questões de igualdade de gênero por causa da disciplina partidária. Em sua maioria, as políticas dos partidos determinam o modo como eles agrupam o voto do parlamento sobre certos assuntos. Portanto, é necessário evitar colocar demandas não realistas sobre as mulheres membro; onde haja identidade forte do partido, o espaço

para parlamentares individuais agirem em linha com o partido pode ser limitado.⁵⁸ Isto reforça a importância de garantir o encaminhamento do gênero em suas políticas.

(e) Garantir o acesso das mulheres a vagas e retenção

O número de mulheres com assentos no parlamento pode aumentar ou diminuir durante um mandato parlamentar. As mulheres membro podem renunciar ou assumir posições ministeriais e terem que vagar seus assentos parlamentares. Nestes casos (onde não haja nova eleição), os partidos políticos podem garantir que mulheres substituam mulheres nos assentos vagos. Um partido também pode decidir que qualquer assento vago seja preenchido por uma mulher como meio de aumentar a proporção. Os partidos políticos também podem considerar maneiras de garantir a retenção das mulheres em futuras eleições. Em geral, existe uma maior rotatividade entre mulheres parlamentares quando comparadas aos homens. Perguntar a elas próprias que tipos de incentivos ou apoio elas precisam pode reverter esta tendência. No **GANÁ**, por exemplo, vários partidos declararam que buscarão reter os assentos das mulheres parlamentares em eleições futuras e garantir que uma mulher substitua a outra em caso de vaga.⁵⁹

(f) Apoiar redes e encontro de mulheres entre partidos

As mulheres em todo o mundo já perceberam que, como minoria no parlamento, há vantagens estratégicas para a formação de alianças e coalizões que podem afetar a mudança na política. Os encontros de mulheres podem ser fóruns eficazes para reunir as mulheres de várias linhas partidárias e canalizar seus interesses e preocupações, assim como encaminhar a questão de gênero no desenvolvimento da política e fiscalizar a ação do governo.⁶⁰ Concretamente, as atividades dos encontros podem incluir a capacitação das mulheres parlamentares, conduzir análises de cotas, realizar audiências com as OSCs, realizar oficinas públicas acerca de questões relevantes, definir posições comuns

para que as mulheres possam influenciar os líderes de seus próprios partidos, assim como fiscalizar a ação do governo em encaminhar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

O apoio do partido a encontros de mulheres pode gerar resultados positivos:

■ **MÉXICO:** a lei das cotas foi promulgada por que as mulheres de todos os maiores partidos políticos trabalharam em conjunto tanto dentro quanto fora do parlamento fazendo pressão em seus colegas homens para que apoiassem as cotas.

■ **ARMÊNIA:** uma coalizão multipartidária conseguiu convencer a maioria dos grandes partidos a concordar com as cotas no parlamento; as mulheres do partido levavam as mensagens comumente acordadas e as transformavam para seus próprios esforços internos de mobilização dentro de seus partidos.

■ **EL SALVADOR:** a Associação das Mulheres Salvadorenhas Parlamentares e Ex-Parlamentares busca fortalecer a voz política das mulheres dentro e fora do parlamento. A Associação oferece treina-



mento e oficinas em habilidades de comunicação e organização que auxiliam as mulheres a serem mais eficazes em seu trabalho na política.

■ **QUIRGUISTÃO:** a Associação por Iniciativas Jurídicas das Mulheres, que reúne mulheres parlamentares, especialistas em gênero e ativistas mulheres de organizações não governamentais, foi um instrumento para fortalecer os encontros de mulheres inclusive em áreas como o desenvolvimento de capacidades para a condução de análise de contas.⁶¹

(g) Formar parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil

A construção de coalizão entre mulheres engajadas na política e a sociedade civil pode ser eficaz no avanço das agendas da política. Em muitos casos, especialmente quando os partidos tentam mudar a constituição ou produzir legislação de promoção do empoderamento político das mulheres, ativistas dentro dos partidos políticos já trabalharam proximamente com organizações da sociedade civil para atingir seus objetivos. Em outros casos, as OSCs e as organizações de mulheres estrategicamente focaram as ativistas dos partidos a se mobilizarem pelas mudanças desejadas na política. Em ambos os cenários, as OSCs conseguem fazer pressão sobre os governos e fazer a população demandar reformas.

■ **MARROCOS:** as OSCs nacionais e internacionais trabalharam conjuntamente para reunir as mulheres de vários partidos políticos, construir uma janela de oportunidade para criar encontros de mulheres e desenvolver estratégias sobre como dar apoio à legislação de cotas.

■ **PERU:** a partir da onda de novas cotas de gênero na América Latina, a coalizão de organizações

de mulheres conseguiu trabalhar junto com as mulheres dentro dos partidos para defender a aprovação da lei de cotas.

■ **ESLOVÊNIA:** uma coalizão entre partidos de líderes femininas e outras figuras públicas defendeu uma emenda constitucional para incorporar garantias temporárias para a representação igualitária de mulheres na política, i.e., uma cota de 40 por cento em todas as listas eleitorais nas eleições do Parlamento Europeu em 2004.⁶²

(h) Sensibilizar os membros do partido e trabalhar em parceria com os homens

Institucionalizar a igualdade de gênero significa que as políticas e procedimentos adotados pelo partido sejam postos em prática por membros do partido, especialmente nos encontros no parlamento. As ambições do partido, como criar metas concretas e articular compromissos da política, não significam muito se não forem acompanhadas por um apoio e se homens e mulheres do partido não ‘vestirem a camisa’. Já que os homens são a maioria na maior parte dos parlamentos e dominam as estruturas de liderança nos partidos, eles são essenciais para a mudança. Isto pode demandar processos internos de treinamento para sensibilizar os membros do partido, especialmente os homens, quanto à igualdade de gênero. A capacitação de orientação, em geral dada aos novos membros do parlamento, deve incluir assuntos relativos à igualdade de gênero.

O apoio e a visão da liderança do partido são extremamente importantes neste sentido. Na **ESPAÑA**, o líder do PSOE, Zapatero, se autodeclarou um feminista comprometido, e ao fazê-lo conseguiu sensibilizar a política espanhola acerca do feminismo. Isto tem um efeito cascata para que as mulheres sejam tratadas igualmente aos homens no partido, recebendo tanta consideração em suas visões quanto suas contrapartes masculinas.

CONCLUSÃO



A inclusão da perspectiva da mulher e de sua participação na política são pré-requisitos para o desenvolvimento democrático e contribuem para a boa governança. Os partidos políticos são os principais veículos para a participação política. Pode ser de vantagem tanto política quanto financeira para os partidos políticos promoverem ativamente as iniciativas para o empoderamento das mulheres por meio do ciclo eleitoral. Ao apoiarem abertamente e formalmente a participação das mulheres por meio de reformas, os partidos políticos podem alterar a opinião pública, gerar novas bases de apoio, atrair novos membros, aumentar o fluxo de financiamento para o partido e melhorar sua imagem com outros países, além de outros benefícios políticos e práticos.

O apoio formal dos partidos políticos é necessário para superar as barreiras à participação das mulheres na política. Os vieses com recorte de gênero

prevalecem em todos os países do mundo e são refletidos na vida social, econômica e política. Em muitos países, as mulheres continuam sendo desencorajadas da competição direta com os homens e de se exporem ou interagir publicamente, e permanecem em papéis que as alijam do processo decisório.

Tais vieses reforçam e perpetuam o status feminino econômico mais baixo e sua relativa pobreza em todo o mundo, que estão entre as mais importantes e imediatas barreiras que tornam a participação política das mulheres quase impossível em qualquer estágio do ciclo eleitoral. Por exemplo, as mulheres possuem menos recursos, se é que os têm, e, portanto, não podem financiar suas próprias campanhas para serem nomeadas ou candidatas nas eleições. Tampouco elas têm acesso a tantos recursos quanto os homens para ajudar em suas campanhas, como financiamento externo, produtos de conhecimento, redes de influência, exemplos de vida e mentores experientes. Dentro dos partidos políticos, tais vieses ficam muito mais refletidos no número limitado de mulheres em posições de liderança e tomada de decisões.

Ao invés disso, as mulheres ficam sobrerrepresentadas em posições e atividades de apoio aos partidos políticos no nível da base ou de apoio à liderança masculina. As posições de poder nos partidos políticos podem muitas vezes ser informais, centralizadas e apoiadas por relações bem estabelecidas e redes de influência que são inacessíveis a novas entradas, especialmente às mulheres. Sem acesso ao conhecimento institucional e à memória incorporada em tais redes, e com recursos muito limitados, poucos modelos de vida e mentores, e, às vezes até mesmo com apoio limitado da família e da comunidade, é compreensível que a participação das mulheres nos partidos políticos tenha ficado bem aquém da dos homens.

A multiplicidade de desafios que as mulheres enfrentam quando desejam adentrar à política e se afiliar aos partidos políticos pode ser contemplada por meio de

uma diversidade de medidas em vários níveis e pontos de entrada no ciclo eleitoral. Este Guia ilustrou como estratégias focadas podem ter êxito em trazer mais mulheres a posições de liderança e garantir que permaneçam em tais posições. Estratégias bem-sucedidas vão desde grandes mudanças no sistema político até reformas internas nos partidos e capacitação para as mulheres. Um bom número de casos mostra que as reformas para aumentar a participação das mulheres nos partidos políticos andaram de mãos dadas com iniciativas para aumentar o grau de resposta às plataformas dos partidos. As estratégias mais significativas foram as que combinaram simultaneamente reformas em instituições políticas e o apoio focado nas mulheres ativistas, candidatas e eleitas que contemplaram os desafios socioeconômicos e de capacidade enfrentados pelas mulheres.

Os partidos políticos em todo o mundo já demonstraram que não existe um ponto de partida melhor que outro, contanto que haja comprometimento com a igualdade de gênero. Os partidos bem-sucedidos foram criativos em suas abordagens ao empoderamento das mulheres e combinaram tais abordagens a sua respectiva história e contextos. Apesar da diversidade de estratégias e abordagens, é importante notar que as medidas estabelecidas tais como as cotas sempre se mostraram eficazes para colocar as mulheres em posições de poder.

Este Guia teve o objetivo de fornecer uma lista concisa e facilmente acessível de estratégias em potencial, organizadas de acordo com os estágios do ciclo eleitoral (Parte A), juntamente com exemplos detalhados e práticos de Estudos de Caso (Parte B). Espera-se que os membros dos partidos políticos, especialmente a liderança de tais partidos, organizações da sociedade civil e ativistas pela igualdade de gênero tomem atitudes para promover a participação política das mulheres. Também se espera que o Guia seja útil aos agentes que buscam diretrizes sobre como proceder em seus esforços de promover a participação das mulheres nos partidos políticos.

NOTAS DE FIM

1. Inter-Parliamentary Union, *Women in Parliaments: World and Regional Averages*, disponível em <http://www.ipu.org/wmn-e/world-arc.htm>, 2011.
2. Inter-Parliamentary Union, *Beijing Goals Still Unmet: Press Release*, disponível em <http://www.ipu.org/press-e/gen336.htm>, 3 de março de 2010.
3. United Nations Protocol and Liaison Service, *Heads of State and Heads of Government*, Public list, 9 de agosto de 2011.
4. Ballington, Julie, *Equality in Politics: A Survey of Women and Men in Parliaments*, Inter-Parliamentary Union, Geneva, Switzerland, 2008.
5. ACE, *The Electoral Cycle Approach*, disponível em <http://aceproject.org/ace-en/focus/focus-on-effective-electoralassistance/the-electoral-cycle-approach>.
6. Adapted from Maguire, Linda, *Electoral Cycle Approach: Session III, presented at UNDP Global Practice Meeting on Electoral Cycle Support*, Gaborone, Botswana, 2 de março de 2011.
7. ACE, *Roles and Definition of Political Parties*, ACE Electoral Knowledge Network, disponível em <http://aceproject.org/ace-en/topics/pc/pca/pca01/pca01a>.
8. ACE, *Guiding Principles of Parties and Candidates*, ACE Electoral Knowledge Network, disponível em <http://aceproject.org/ace-en/topics/pc/pc20?toc>.
9. ACE, *Internal Functioning of Political Parties*, ACE Electoral Knowledge Network, disponível em <http://aceproject.org/ace-en/topics/pc/pc20?toc>.
10. Llanos, Beatriz, & Kristen Sample, *From Words to Action: Best Practices for Women's Participation in Latin American Political Parties*, IDEA, disponível em http://www.idea.int/publications/from_rhetoric_to_practice/en.cfm, 2009.
11. Sacchet, Teresa, *Political Parties: When Do They Work for Women?*, from Expert Group Meeting on Equal Participation of Women and Men in Decision-Making Processes, with Particular Emphasis on Political Participation and Leadership, United Nations Department of Economic and Social Affairs (DESA), Division for the Advancement of Women (DAW), Economic Commission for Africa (ECA), Addis Ababa, Ethiopia, disponível em http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/eql-men/docs/EP.10_rev.pdf, 2005.
12. CDU Party Statutes, Article 15, Consulte International IDEA, IPU, & Stockholm University, *Global Database of Electoral Quotas for Women*, disponível em www.quota-project.org/systemParty.cfm
13. African National Congress Constitution, disponível em <http://www.anc.org.za/show.php?id=207/>.
14. Llanos & Sample, 2009, op. cit., p. 32.
15. iKNOW Politics, *Consolidated Response on Establishing Women's Party Sections*, disponível em <http://www.iknow-politics.org/node/3527>, 2007.
16. Ibid.
17. Matland, Richard E., & Kathleen A. Montgomery (2003), 'Recruiting Women to National Legislatures: A General Framework with Applications to Post-Communist Democracies,' in Richard E. Matland & Kathleen A. Montgomery (eds.), *Women's Access to Political Power in Post-Communist Europe*, Oxford University Press, Oxford, p. 21, 2003, and Ballington, Julie, & Richard Matland, 'Enhancing Women's Participation in Electoral Processes in Post-conflict Countries,' from OSAGI & DPA Expert Group Meeting, New York City, USA, 2004.
18. Matland, Richard, 'Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems,' in International IDEA, *Women in Parliament: Beyond Numbers*, IDEA: Stockholm, Sweden, 1998, p. 70.
19. Ballington & Matland, 2004, op. cit.
20. Ballington, Julie, 'Strengthening Internal Political Party Democracy: Candidate Recruitment from a Gender Perspective,' from *How to Strengthen Internal Party Democracy? World Movement for Democracy*, Durban, South Africa, 2004.
21. Ballington, Julie, 'Implementing Affirmative Action: Global Trends,' *IDS Bulletin Special Issue: Quotas: Add Women and Stir?* Volume 41, Issue 5, setembro de 2010, pp. 11–16.
22. International IDEA, IPU, & Stockholm University, *Global Database of Electoral Quotas for Women*, disponível em www.quotaproject.org.
23. Ibid.
24. Ballington, 2010, op. cit.
25. International IDEA, IPU, & Stockholm University, *Global Database of Electoral Quotas for Women*, disponível em www.quotaproject.org

26. Llanos & Sample, 2009, op. cit.
27. Ghana Web, *Parties Issue Recommendations in Favour of Women in Governance*, disponível em <http://www.ghanaweb.com>, 14 de fevereiro de 2011.
28. Socialist International Women, *Policies on Gender Equality – the Driving Force for Social and Economic Development*, disponível em <http://www.socintwomen.org.uk/en/resolutions/20100618-andorra-pgedfsed.html>, 2010.
29. Ballington, Julie, *Equality in Politics: A Survey of Women and Men in Parliaments*, Inter-Parliamentary Union, Geneva, Switzerland, 2008, p. 18.
30. Ballington & Matland, 2004, op. cit.
31. International IDEA, *Funding of Political Parties and Election Campaigns*, Stockholm, Sweden, 2003, p. 83.
32. Ballington & Matland, 2004, op. cit.
33. Luchsinger, Gretchen, & Ruth Meena, *Electoral Financing to Advance Women's Political Participation: A Guide for UNDP Support*, UNDP, New York, USA, 2007, p. 11.
34. Munroe, Susan, 'Riding,' *About.com: Canada Guide*, disponível em <http://canadaonline.about.com/cs/elections/g/riding.htm>.
35. Ballington, 2003, op. cit., p. 163.
36. National Democratic Institute, *Women Gain Political Ground in Burkina Faso*, disponível em <http://www.ndi.org/node/15464>, 19 de maio de 2009.
37. Ballington, Julie, 'Gender Equality in Political Party Funding,' presented at *Is Financing an Obstacle to the Political Participation of Women?* Workshop, Inter-American Forum on Political Parties, OAS, Washington DC, USA, 16 de dezembro de 2003.
38. The Bill was being debated at the time of publication of this report. Consulte *Minister Hogan publishes the General Scheme of the Electoral (Amendment) (Political Funding) Bill 2011*, Merrion Street, junho de 2011, disponível em <http://www.merrionstreet.ie>.
39. Ghana Web, 2011, op. cit. The proposals were made during a workshop, *Women's Manual Towards Increased Women's Parliamentary Representation*, held in Accra, Ghana, fevereiro de 2011.
40. Llanos & Sample, 2009, op. cit., p. 35.
41. ACE, *Roles and Definition of Political Parties*.
42. Ballington, 2008, op. cit.
43. iKNOW Politics, 'Consolidated Response on Working With Women Candidates and Women Voters During Elections,' disponível em <http://www.iknowpolitics.org/node/6490>, 2008.
44. Entrevistas com várias candidatas e políticas femininas, em que comentam suas experiências pessoais, estão disponíveis na Rede Internacional de Conhecimento sobre Mulheres na Política, disponível em <http://www.iknowpolitics.org/news/interviews>.
45. IPU, *Survey on Equality in Politics: Summary Overview*, IPU, Geneva, Switzerland, 2008.
46. Llanos & Sample, 2009, op. cit.
47. United Nations DPKO/DFS, *Joint Guidelines on Enhancing the Role of Women in Post-Conflict Electoral Processes*, DPKO/DFS, New York, USA, 2007, p.31.
48. ACE, 'Parties as Election Monitors,' ACE Electoral Knowledge Network, disponível em <http://aceproject.org/ace-en/topics/pc/pcc/pcc11/?searchterm=partyagents>.
49. OSCE/ODIHR, *Handbook for Monitoring Women's Participation in Elections*, OSCE/ODIHR, Warsaw, Poland, 2004, p. 40.
50. ANC Women's League, *ANCWL outreach empowerment programme in full swing*, disponível em <http://www.anc.org.za/wl/show.php?id=8194>, 28 de abril de 2011.
51. United Nations DPKO/DFS, *Joint Guidelines on Enhancing the Role of Women in Post-Conflict Electoral Processes*, DPKO/DFS, New York, USA, 2007, p. 28.
52. Ibid.
53. Ballington, 2008, op. cit.
54. Ibid.
55. Ibid.
56. Ibid.
57. Hijab, Nadia, *Quick Entry Points to Women's Empowerment and Gender Equality in Democratic Governance Clusters*, UNDP, New York, USA, 2007, p. 20.
58. Ballington, 2008, op. cit., p. 50.
59. Ghana Web, op. cit.
60. Ballington, 2008, op. cit.
61. Consulte <http://www.awli-kg.org/en/> para mais informações.
62. Lokar, Sonja, 'A Short History of Quotas in Slovenia,' presented at the *The Implementation of Quotas: European Experiences Conference*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA)/Central Eastern European (CEE) Network for Gender Issues, Budapest, Hungary, 22–23 de outubro de 2004.